



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

**CURSO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA DE
CAVALARIA**

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**A INSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DE TIRO NA GNR
INFRA-ESTRUTURAS NECESSÁRIAS**

**Aluno: Diogo Matos Asp. Al. GNR-Cav
Orientador: Jorge Ludovico Bolas Maj. GNR-Inf**

Queluz, Março de 2009



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

**CURSO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA DE
CAVALARIA**

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**A INSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DE TIRO NA GNR
INFRA-ESTRUTURAS NECESSÁRIAS**

**Aluno: Diogo Matos Asp. Al. GNR-Cav
Orientador: Jorge Ludovico Bolas Maj. GNR-Inf**

Queluz, Março de 2009

DEDICATÓRIA

À minha família,
e a todos os que me apoiaram

AGRADECIMENTOS

Venho desta forma agradecer a todas as pessoas que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Primeiro quero agradecer ao meu Orientador pelo seu apoio e disponibilidade que demonstrou, tendo feito tudo aquilo que estava ao seu alcance para o sucesso deste trabalho.

Agradeço também ao Sr. Coronel Damião, ao Sr. Coronel Porteira de Almeida, ao Sr. Major Rosa, ao Sr. Capitão Quadrado, ao Sr. Tenente Reis, ao Sr. Tenente Palma e ao Sr. Tenente Gomes que para além de se prontificarem a concederem-me as entrevistas, também me forneceram todo o material que lhes solicitei.

Gostaria também de agradecer especialmente ao Sr. Major Vieira, por todo o apoio prestado durante a realização do trabalho, por toda a informação disponibilizada, sem a qual o trabalho não ficaria completo, e pela revisão efectuada, que se mostrou muito útil.

Agradeço ao meu curso por todas as situações que ultrapassámos juntos, que num dia mais tarde se mostrarão importantes.

A todos vós, um grato bem-haja.

RESUMO

Este Trabalho de Investigação Aplicada tem como tema “A Instrução e Execução de Tiro na GNR - Infra-estruturas Necessárias”, e propõe-se, como objectivo, determinar qual a melhor infra-estrutura para a prática de tiro policial e, no caso de se verificar que não existe apenas uma, se tal facto traria vantagens aos vários tipos de unidades.

A realização do trabalho assenta no método hipotético-dedutivo, com recurso à revisão bibliográfica e entrevistas semi-directivas, no âmbito do trabalho empírico, com o intuito de recolher dados. De acordo com o tema, decidiu-se estudar o estado actual das infra-estruturas usadas pela Guarda, mencionando alguns dos seus problemas e condicionantes, abordando-se em seguida as novas infra-estruturas cedidas pelo Ministério da Administração Interna, das quais ainda faltam inaugurar três carreiras.

Faz-se referência a outros tipos de sistema que poderiam ser implementados na Guarda Nacional Republicana, se fosse considerado um tipo de treino com situações mais próximas da realidade ao invés do treino de precisão.

Após conjugação de toda a informação, quer da revisão bibliográfica, quer das entrevistas, apercebemo-nos de que as infra-estruturas existentes neste momento não satisfazem totalmente o treino que os militares necessitam. Apenas cerca de 3/5 das infra-estruturas permitem realizar todas as Tabelas de Manutenção sendo a Guarda possuidora de apenas três, encontrando-se uma delas interdita devido a falta de condições de segurança. No caso das restantes entidades detentoras das infra-estruturas as decidirem fechar, tornar-se à muito complicado para a Guarda Nacional Republicana manter as exigências das suas Normas de Tiro. Não foi possível apurar qual o tipo de infra-estrutura ideal, pois consoante o tipo de unidade, as suas missões e o ambiente em que as desenvolvem, necessitarão de diferentes tipos de infra-estrutura. Facto pelo qual deveria ser alvo de um estudo futuro.

Palavras-chave: Guarda Nacional Republicana, Tiro, Infra-estrutura.

ABSTRACT

This work of Applied Research on "The Instruction and Execution of Shooting in the GNR - the necessary infrastructures.", and it proposes has objective to determine the best infrastructure for the practice of police shooting, and if it is found that there is not only one, if this would bring benefits to various types of units.

The work is based on the hypothetical-deductive method, using literature review and semi-direct interviews, in the ambit of empirical work, in order to collect data. Under the theme, we decided to study the current state of infrastructures used by the National Republic Guards, mentioning some of its problems and limitations, the new infrastructure provided by the Internal Administration Ministry are discussed after that chapter, of which there are still three ranges to be inaugurated. Reference is made to other types of system that could be implemented in the National Republic Guards, if was considered a different type of training in real situations and not just the precision shooting.

After the compilation of all the information from the review and the interviews, we realize that the existing infrastructure currently does not fully meet the training that the military need. Only about 3/5 of the infrastructures are able to perform all the maintenance tables, and the National Republic Guards has only three of those, one of which is prohibited due to lack of security conditions. In case of holders of the infrastructures decide to close it, it would be very complicated for the National Republic Guards to comply with its predefined Shooting requirements. Unable to determine what type of infrastructure is ideal, because each type of unit, has its own missions own environment in which they are developed, so they will need different types of infrastructure. That fact should be the target of future studies.

Keywords: National Republic Guards, Shoot, Infrastructure.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
RESUMO.....	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE.....	v
LISTA DE SIGLAS.....	vii
ÍNDICE DE QUADROS.....	viii
ÍNDICE DE TABELAS.....	ix
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	1
1.1 ENQUADRAMENTO	2
1.2 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....	3
1.3 OBJECTO DA INVESTIGAÇÃO	4
1.4 OBJECTIVOS ESPECIFICOS	4
1.5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO.....	4
1.6 HIPÓTESES.....	5
1.7 METODOLOGIA.....	5
I PARTE – TEÓRICA	7
CAPÍTULO II – A GNR, O TIRO E A ESPECIFICIDADE DO SERVIÇO POLICIAL.....	7
CAPÍTULO III – REALIDADE ACTUAL	12
CAPÍTULO IV – INFRA-ESTRUTURAS MAI	15
CAPÍTULO V – OUTROS SISTEMAS	17
5.1 AIRSOFT.....	17
5.2 PAINTBALL	19
5.3 SIMUNITION	20
5.4 SIMULADORES DE TIRO	20
II PARTE – PRÁTICA.....	22
CAPÍTULO VI – TRABALHO DE CAMPO	22

CAPÍTULO VII – CONCLUSÕES	34
7.1 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES.....	34
7.2 SÚMULA CONCLUSIVA E RECOMENDAÇÕES	36
7.3 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	38
7.4 INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
APÊNDICES.....	42
APÊNDICE A – GUIÃO DA ENTREVISTA	43
APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 1	46
APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 2	49
APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 3	52
APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 4	55
APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 5	58
APÊNDICE G – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 6.....	61
APÊNDICE H – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 7	64
APÊNDICE I – TABELA I. 1: INFRA-ESTRUTURAS UTILIZADAS PELA GNR .	66
ANEXOS	71
ANEXO J - MEMORANDO Nº1 DE 14 DE JANEIRO DE 2008	72
ANEXO K – TABELA K.1: MILITARES QUE EFECTUARAM TIRO NAS DIVERSAS TABELAS.....	84

LISTA DE SIGLAS

ADV	Adversário
BF:	Brigada Fiscal
EG	Escola da Guarda
FA:	Forças Armadas
FFSS:	Forças e Serviços de Segurança
GNR:	Guarda Nacional Republicana
IVA:	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MAI:	Ministério da Administração Interna
MSG	Mensagem
PSP:	Polícia de Segurança Pública
RG	Regimento de Guarnição
TIA:	Trabalho de Investigação Aplicada
UAF:	Unidade de Acção Fiscal
UCC:	Unidade de Controlo Costeiro
UI:	Unidade de Intervenção
UNT:	Unidade Nacional de Trânsito
USHE:	Unidade de Segurança e Honras de Estado
ZA:	Zona de Acção

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 5. 1: Respostas das entrevistas à primeira questão.	24
Quadro 5. 2: Respostas das entrevistas à segunda questão.	28
Quadro 5. 3: Respostas das entrevistas à terceira questão.	30
Quadro 5. 4: Respostas das entrevistas à quarta questão.	32

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. 1: Carreiras de tiro usadas pela GNR.....	3
Tabela I. 1: Infra-estruturas utilizadas pela GNR.....	66
Tabela K.1: Militares que efectuaram tiro nas diversas tabelas.....	84

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, no âmbito do Mestrado em Ciências Militares, ramo de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana (GNR), na Academia Militar, tem como objectivo o estudo científico de pesquisa e análise de dados, em torno de um problema formulado no âmbito da organização, táctica e logística e também no âmbito do material e tiro.

O tema atribuído, “A instrução e execução de tiro na GNR – Infra-estruturas necessárias”, reveste-se de enorme importância para a Guarda, pois têm-se verificado alguns erros na utilização das armas. Perante a sua vasta abrangência, bem como a escassa informação existente, definiu-se como objectivo/finalidade primordial esclarecer qual a infra-estrutura mais adequada para a prática do tiro policial.

Assim este trabalho de Investigação Aplicada (TIA) divide-se em duas partes e é constituído por seis capítulos. O primeiro capítulo faz a abertura ao trabalho em si e é designado de Introdução, onde se faz uma síntese daquilo que compõe o TIA. O segundo capítulo dá início à I Parte – Teórica, sendo que o terceiro, quarto e quinto também a compõem. É nesta parte que se expõe o resultado das investigações de carácter teórico e de pesquisas bibliográficas. O sexto capítulo dá início à II Parte – Prática e é designado por Trabalho de Campo, onde é colocado o resultado de todo o trabalho e investigação de nível prático. Por fim, o sétimo capítulo, designado de Conclusões, finaliza o trabalho com conclusões e reflexões decorrentes daquilo que se conseguiu nas duas partes.

A estrutura do trabalho foi assente no “Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada”, de Sarmento (2008), entre outros, adaptando desse modo as “Orientações Para Redacção de Trabalhos”, de Academia Militar (2008).

Foram encontradas algumas dificuldades, devido à escassez de informação existente sobre o tema, contudo com esforço e ajuda de alguns oficiais ligados a esta área foi possível ultrapassar as dificuldades.

O Trabalho foi realizado entre Janeiro e Março de 2008

1.1 ENQUADRAMENTO

Para que se possa colocar os militares a efectuarem a prática de tiro, é essencial ter carreiras de tiro disponíveis. No entanto verifica-se que muitas vezes esta necessidade não é possível satisfazer, pois a Guarda não é detentora da maioria das infra-estruturas que utiliza para efectuar o seu treino.

Por vezes as infra-estruturas encontram-se disponíveis mas situam-se a grandes distâncias das unidades, o que faz com que os militares despendam demasiado tempo em deslocações, que acaba por se traduzir em prejuízo para o serviço.

Outro problema verifica-se em algumas épocas do ano, pois algumas das infra-estruturas são ao ar livre e como tal a sua utilização está dependentes das condições climatéricas.

Na GNR utilizam-se 36¹ carreiras de tiro, sendo que apenas 6 pertencem à instituição, como se pode observar no Tabela 1.1.

Todas as carreiras de tiro usadas necessitam de reparações, manutenções ou melhorias. Além disso, quase nenhuma permite recriar o ambiente desejado para um treino de tiro policial mais real, como por exemplo controlo da luminosidade no local ou alvos em movimento.

Não se conseguiu aferir qual a melhor infra-estrutura a usar, ou se de momento existem infra-estruturas mais adequadas ao tiro policial em Portugal.

¹ Para efeitos do trabalho, foram contadas apenas uma carreira por unidade, apesar de algumas unidades, para se poder realizar todas as tabelas de tiro, tornar-se necessário usar as suas diversas carreiras. Com excepção da EPAM, pois possui uma carreira na Póvoa do Varzim e outra em Viana do Castelo.

Tabela 1. 1: Carreiras de Tiro usadas pela GNR

Instituição Proprietária	N.º De Carreiras De Tiro
Exército	22
GNR	6
Força Aérea	3
Serviços Florestais	2
PSP	2
Serviços Prisionais	1
Total	36

1.2 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Um dos principais factores que levou o autor à escolha do tema foi o seu interesse sobre a área de armamento e tudo o que se relaciona com a mesma, uma vez que esta tem grande influência na actividade policial no dia-a-dia de todos os militares da GNR.

Ter uma infra-estrutura adequada ao treino de tiro policial poderá vir a fazer a diferença entre um disparo letal ou um menos letal do militar da Guarda. Servirá também para que este conheça melhor a realidade das armas de fogo e aprenda a movimentar-se de acordo com o pretendido, facto que a maior parte das infra-estruturas actuais não permitem.

Assim conclui-se que um trabalho sobre esta temática poderá mostrar-se de grande utilidade para a instituição, o que constitui fonte de motivação para o autor.

1.3 OBJECTO DA INVESTIGAÇÃO

O objecto da investigação diz respeito às infra-estruturas para a prática de tiro, pois estas influem em muito na preparação dos militares da GNR para o seu serviço do dia-a-dia, pois quando estes fazem uso da arma de fogo, estão a colocar em risco a integridade física das pessoas, que é constitucionalmente protegida (número 1, artigo 24.º, Capítulo I, Título II, Parte I da Constituição da República Portuguesa).

1.4 OBJECTIVOS ESPECIFICOS

Este trabalho de investigação visa descobrir qual o melhor tipo de infra-estrutura para a prática do tiro policial.

Existindo diferentes infra-estruturas para diferentes tipos de unidade, verificar se esta realidade trará benefícios para o serviço.

1.5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Face aos objectivos definidos e para que se consiga a resolução da problemática levantada, será necessária a resposta a algumas perguntas fundamentais:

- Que tipo de infra-estrutura se adequa ao tiro policial?
- Quais as vantagens e/ou desvantagens em ter infra-estruturas próprias?
- Existe a necessidade de ter vários tipos de infra-estrutura?
- Devem as infra-estruturas ser cobertas?
- A disponibilidade apresentada pelas carreiras de tiro, satisfazem as necessidades da GNR?

1.6 HIPÓTESES

Para se alcançar os objectivos propostos, torna-se necessário conceber hipóteses, que poderão vir, a verificar-se totalmente, parcialmente ou não se verificarem, através da vertente teórica ou pratica que o trabalho abrange:

- H1: Não existe apenas uma infra-estrutura que se adequa ao tiro policial, mas uma panóplia delas;
- H2: A GNR ao possuir infra-estruturas próprias, irá permitir uma maior flexibilidade para os militares efectuarem o seu treino, diminuindo o prejuízo para o serviço.
- H3: É mais rentável possuir infra-estruturas próprias, que pagar a outras entidades, para se poder fazer o treino dos militares;
- H4: Verifica-se a necessidade de infra-estruturas diferentes, pois as várias unidades da GNR desempenham missões diferentes, que pressupõem distintos tipos de treino.
- H5: Devem ser cobertas, pois obter-se iam algumas vantagens.
- H6: As carreiras existentes não servem para satisfazer as necessidades actuais da GNR.

1.7 METODOLOGIA

A metodologia considerada para efeitos de realização do presente trabalho assenta no método hipotético-dedutivo (GIL, A. C. 1999), após a definição do problema e da delimitação do mesmo, iniciou-se uma fase exploratória de maneira a obter uma noção geral do estado da temática de modo a poder gerar hipóteses. Neste sentido houve uma deslocação ao Núcleo de Armamento e Tiro da Escola da Guarda, para se recolherem informações.

Posteriormente enveredou-se pela consulta bibliográfica, através do recurso a relatórios, propostas, legislação sobre infra-estruturas e algumas obras. Ainda ao nível da consulta bibliográfica foram realizadas várias consultas a sítios na Internet alusivos à temática das carreiras de tiro.

Numa terceira fase, e num âmbito mais prático, optou-se pela realização de entrevistas semi-directivas a sete oficiais da Guarda Nacional Republicana.

Depois de analisado o conteúdo das entrevistas, chegou-se a algumas ilações sobre a temática em questão, que são posteriormente apresentadas nas Conclusões.

.

I PARTE – TEÓRICA

CAPÍTULO II

A GNR, O TIRO E A ESPECIFICIDADE DO SERVIÇO POLICIAL

A Guarda Nacional Republicana foi alvo de uma reestruturação no início do ano de 2009, extinguindo todas as suas unidades, e formando novas. Com a criação de novas unidades, novas zonas de acção (ZA) foram atribuídas e novas missões foram conferidas.

Para que se possa entender o porquê de uma infra-estrutura, é necessário ter em conta as especificações das unidades, compreender a sua realidade, qual o seu propósito, onde actua e com que tipo de agentes lida. Através da observação da nossa Lei Orgânica da GNR (Lei 63/2007 de 6 de Novembro), podemos constatar que no seu art. 5º “Âmbito territorial”, a Guarda deve prosseguir as suas atribuições em todo o território nacional e mar territorial^{II}. Sendo que, quando existirem atribuições praticadas tanto pela GNR como pela Polícia de Segurança Pública (PSP), deverá existir uma Portaria por parte do Ministro da tutela a indicar qual a área de responsabilidade de cada uma das forças.

Para que possa actuar fora das zonas atrás referidas terá de existir o pedido por parte de outra Forças e Serviços de Segurança (FFSS), ou da existência de uma ordem especial ou ainda, se decorrer uma imposição legal. Existem ainda mais duas excepções: quando se trata de prevenir e investigar as infracções tributárias, fiscais e aduaneiras, assim como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à acção tributária, fiscal ou aduaneira (alínea d) do n.º 2 do art. 3º da mesma lei. Nestes casos poderá prosseguir na zona contígua; ou quando a GNR prosseguir a missão fora do território nacional,

^{II} Todo Estado tem o direito de fixar a largura do seu mar territorial até um limite que não ultrapasse 12 milhas náuticas, medido a partir de base determinado em conformidade com a presente Convenção – Artigo 3.º da II Parte da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

desde que legalmente ordenada. De referir ainda que ao longo do estudo teremos sempre de ter presente o tipo de ambiente onde cada unidade actua, pelo que será especificada quando analisarmos cada uma das várias unidades.

Observemos o que diz a Lei Orgânica da GNR, no seu art. 42º, que refere que a Unidade Nacional de Trânsito (UNT), é a unidade especializada no âmbito da fiscalização, ordenamento e disciplina do trânsito, e que pode também realizar directamente e excepcionalmente acções especiais de fiscalização em qualquer parte do território nacional. Pode também através do Despacho nº 76/08-OG Unidade Nacional de Trânsito, acompanhar provas desportivas, fazer acompanhamentos de transportes de grandes dimensões ou outros que se expandam pela ZA de mais que um Comando Territorial e executar escoltas e desembaraçamentos de trânsito.

Os Destacamentos de Trânsito estão integrados nos Comandos Territoriais, pelo que a sua ZA é igual à do Comando onde está inserido. Com excepção de quatro comandos, que são os de Aveiro, Faro, Lisboa e Porto que possuem dois (ou três) Destacamentos de Trânsito e como tal a sua ZA será definida pelo seu Comando.

Assim, podemos constatar que no Despacho nº 72/08-OG Comandos Territoriais, no seu nº 3 “Atribuições”, que aos Destacamentos de Trânsito foram designadas as tarefas de fiscalização, ordenamento e disciplina da circulação rodoviária, nas áreas que lhes forem especialmente cometidas.

Tendo em conta esta realidade o Sr. Major Rosa, explicou que as condições que tornam por vezes necessário o uso da arma, são aquando dos seguimentos efectuados pelos carros patrulha.

A Unidade de Acção Fiscal (UAF), que é uma unidade especializada de âmbito nacional com competência específica de investigação para o cumprimento da missão tributária, fiscal e aduaneira que se estende por todo o território nacional (Lei 63/2007 de 6 de Novembro, art. 41º). O Despacho nº 75/08-OG Unidade de Acção Fiscal, no seu n.º 3 refere também que a UAF tem como atribuições nomeadamente:

- a. Desempenhar acções de investigação tributária, fiscal e aduaneira;
- b. Executar acções de fiscalização tributária, fiscal e aduaneira;
- c. Recolher notícias e apoiar operacional e tecnologicamente as actividades de investigação exercidas pelas subunidades operacionais;
- d. Coordenar com os comandos territoriais dos Açores e da Madeira a execução de acções decorrentes da sua missão geral.

Segundo o Sr. Tenente Gomes não existe uma situação tipo para o envolvimento de armas de fogo. Todos temos noção que o uso destas não surge todos os dias, no entanto os militares devem estar preparados para o uso das mesmas. Assim de acordo com o mesmo oficial, este tipo de situação pode surgir numa simples fiscalização, no caso de um indivíduo fugir, ou durante a tentativa de intercepção caso se verifique que o mesmo esteja armado. Refere ainda que, nas fiscalizações que fazem, surgem todo o tipo de situações, desde o mais rigoroso cumprimento da Lei, à situação mais invulgar, como abordar um indivíduo que tenha acabado de efectuar um assalto. Menciona que, nesta unidade, o entrar em edifícios para fiscalização não será tão usual, pois no caso de os indivíduos terem antecedentes criminais, ou estarem referenciados como perigosos, deverão ser avisadas as unidades especializadas nessas situações, como exemplo a UI.

A Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE), que é uma unidade que se encontra sedeadada em Lisboa e como iremos verificar, esta acaba por se distender pelo dispositivo territorial através do reforço que efectua às restantes unidades.

Tem como missão proteger, e fazer segurança, às instalações dos órgãos de soberania e de outras entidades que lhe sejam confiadas, bem como a prestação de honras de Estado (Despacho nº 78/08-OG Unidade de Segurança e Honras de Estado, n.º 1). Compete ainda à USHE, garantir a segurança aos Palácios de S. Bento e das Necessidades, e ao Palácio Nacional de Belém, manter em prontidão um esquadrão a cavalo para acções de manutenção e restabelecimento da ordem pública, e a realização de acções de natureza preventiva através do emprego operacional dos seus meios em reforço das unidades (Despacho nº 78/08 Unidade de Segurança e Honras de Estado, n.º 3).

Através do Sr. Tenente Reis ficamos a saber que o que está definido para as situações que envolvam as patrulhas a cavalo a fazer tiro, estes devem apeiar, proteger-se atrás do cavalo, e responder ao fogo (secção III, capítulo IV do título II do volume I do Manual de Operações). Referiu que para se fazer tiro a cavalo, o militar tinha de ser muito preciso, mas que o facto de estar em cima do solípede só iria prejudicar pois o cavalo também possui o seu próprio sistema nervoso e, como tal, desloca-se, o que iria prejudicar a pontaria. Para que se possa verificar o que vem previsto na táctica é necessário que o militar saiba fazer tiro, pois essa é a grande dificuldade de todo o dispositivo.

A Unidade de Controlo Costeiro (UCC), que é uma unidade que se caracteriza por a sua ZA, ser toda a extensão da costa e mar territorial português, ou seja, continente e ilhas. Vem redigido no n.º 1 do art. 40º da Lei 63/2007 de 6 de Novembro, que a UCC é a unidade especializada responsável pelo cumprimento da missão da Guarda em toda a

extensão da costa e no mar territorial, com competências específicas de vigilância, patrulhamento e intercepção terrestre, ou marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas, competindo-lhe, ainda, gerir e operar o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC), distribuído ao longo da orla marítima. Possui ainda como atribuições através do n.º 3 do Despacho nº 74/08-OG Unidade de Controlo Costeiro, a coordenação e execução de acções de vigilância móvel, coordenação e execução de patrulhamentos e intercepção terrestre ou marítima em toda a costa e mar territorial do continente, sendo que fica ainda responsável por coordenar, com os Comandos Territoriais dos Açores e Madeira a execução de acções decorrentes da sua missão geral. O Sr. Tenente Palma, quando questionado sobre que tipos de situações poderiam levar os militares da UCC a necessitarem de fazer uso da sua arma de fogo, respondeu que existem vários tipos de situações, quer em desembarques de droga como abordagens a embarcações suspeitas, em acções de fiscalização marítima e terrestre, e que as piores situações seriam em perseguições no mar ou nos seguimentos terrestres. Nestas inclui-se as viaturas em movimento, o que dificulta, e muito, o tiro de qualquer agente da autoridade, pois a sua mobilidade implica a instabilidade quer do militar quer do adversário (ADV). Salientou também que o militar não deve estar só preparado para essas situações mas que é de extrema importância que consiga actuar em todas as situações que possam vir a surgir. Para tal, necessita de possuir a capacidade de decidir e abstrair-se do cansaço, de tudo o que o faça perder a concentração, num possível disparo.

Reportemo-nos à componente Territorial da Guarda, que tem como área geográfica o distrito em que se encontram, o que por si só já engloba vários tipos de ambiente, desde rural, urbano, litoral, interior o mais diversificado possível. Assim, os seus militares têm de estar preparados para actuar exemplarmente em qualquer destes ambientes, de acordo com as suas competências. No n.º 1 do Despacho nº 72/08-OG Comandos Territoriais, vem definido que a Componente Territorial da Guarda materializa-se pela ocupação do território por unidades, que executam todas as tarefas necessárias de comando, instrução, operacionais e logísticas na área à sua responsabilidade, constituindo a estrutura base do dispositivo da GNR para cumprimento da sua missão geral. As unidades territoriais integram elementos das armas e dos serviços, sob um comando único, e têm competência genérica em toda a respectiva zona de acção, que compreende um distrito da divisão administrativa. Nesta unidade iremos apenas analisar os destacamentos territoriais, pois os de trânsito já foram alvo de análise anteriormente, o destacamento de intervenção também não será alvo de análise uma vez que se assemelham em parte as unidades de MOP da UI. Podemos assim constatar, através do

n.º 3 do Despacho nº 72/08-OG, que o destacamento Territorial constitui um escalão eminentemente operacional que agrupa um número variável de Postos, em regra cinco a seis. O conjunto das respectivas áreas de intervenção constitui a sua ZA, competindo-lhe designadamente:

- a) Manter a lei e a ordem;
- b) Auxiliar e proteger os cidadãos;
- c) Vigiar o território, com especial incidência dos pontos sensíveis

Tendo em conta a panóplia de funções que os militares do territorial desempenham, não é de todo possível definir uma situação chave em que se manifeste o recurso a armas de fogo, pelo que estes devem treinar o mais variado tipo de situações.

A Unidade de Intervenção (UI) encontra-se sediada em Lisboa, no entanto tal como outras unidades, acaba por efectuar a sua missão e atribuições em todo o território nacional, quer como reforço as unidades, quer como unidade independente. A UI é uma unidade da GNR especialmente vocacionada para as missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública, resolução e gestão de incidentes críticos, intervenção táctica em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco, segurança de instalações sensíveis e de grandes eventos, inactivação de explosivos, protecção e socorro, aprontamentos e projecção de forças para missões internacionais (Lei 63/2007 de 6 de Novembro n.º 1 do art. 44º).

Por despacho do Ministro da tutela podem ser destacadas, ou colocadas, com carácter permanente, forças da UI na dependência orgânica dos comandos territoriais (Lei 63/2007 de 6 de Novembro n.º 4 do art. 44º). Compete-lhe ainda “realizar operações especiais, segurança de pessoas, bens e infra-estruturas alvo de especial ameaça, resolução de incidentes e intervenção em acções de contra-terrorismo e em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco” (Despacho nº 77/08-OG n.º 3 alínea b) e “Efectuar o emprego operacional dos meios cinotécnicos em missões atribuídas e em reforço às unidades” (Despacho nº 77/08-OG n.º 3 alínea d).

Esta unidade pela sua especificidade não tem uma ou duas situações tipo em que existe o uso de armas de fogo, mas uma diversificada panóplia de situações.

CAPÍTULO III

REALIDADE ACTUAL

A metodologia aplicada na parte teórica consistiu na pesquisa e análise documental de livros, diplomas legais, relatórios, documentos, publicações e manuais relacionados com o com a execução de tiro. Efectuou-se também pesquisa em sítios oficiais da internet, que permitiu obter alguma informação sobre a temática do trabalho.

Para que se perceba melhor o estado actual das infra-estruturas que a GNR utiliza, apresenta-se a tabela I.1 na qual estão presentes todas as infra-estruturas, não contabilizando as do MAI.

Como é do conhecimento público no dia 5 de Março, o Exmo. Sr. Ministro da Administração Interna durante a sua intervenção na Sessão “Portugal Seguro – Estratégia de Segurança para 2008”, no Centro Cultural de Belém, anunciou a construção de sete novas carreiras de tiro. A Guarda terá responsabilidade pela protecção e manutenção de quatro, nomeadamente as de Águeda, Évora, Guarda e Macedo de Cavaleiros (SEAI, 2008).

Na tabela I.1 podemos ver os diferentes tipos de tiro que é possível fazer em cada carreira, nomeadamente quais as tabelas que se podem efectuar, onde se situam as carreiras, e se possuem condições de segurança. Permite ainda, constatar quem é proprietário, quem efectua a manutenção das mesmas, quais os custos de utilização e se as mesmas possuem alguma protecção para alvos e/ou atiradores.

Anteriormente, na tabela 1.1, foram consideradas apenas 36 (trinta e seis) carreiras, pois existem unidades que possuem mais que uma, e a GNR utiliza a que mais lhe convém conforme as tabelas que necessita realizar.

Das 36 carreiras de tiro que falámos, a que se situa na cidade da Guarda pertencente à GNR encontra-se de momento interdita, por falta de condições de segurança.

Entre as 22 (vinte e duas) carreiras do Exército que são usadas pela GNR, apenas não são custeadas pela utilização e manutenção nas carreiras situadas em Angra do Heroísmo^{III}, que pertencem ao Regimento de Guarnição (RG) n.º1. Nos restantes casos utilizam-se as taxas a aplicar pela utilização das infra-estruturas de tiro do Exército.

As carreiras da Força Aérea não têm custos para a utilização dos militares da Guarda, no entanto não foi possível apurar se existe algum tipo de protocolo com a mesma.

As carreiras de tiro da GNR, não têm um custo de utilização para os nossos militares, pois a manutenção das mesmas é efectuada pela instituição.

A utilização das carreiras de tiro dos Serviços Florestais também não traz encargos financeiros para a Guarda, sendo que a carreira do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz, também não têm qualquer custo, apesar da sua utilização.

Em relação às infra-estruturas da PSP, verifica-se que na Unidade Especial de Polícia (UEP) em Belas paga-se 1€/h por militar, sendo que na Escola Prática de Polícia (EPP) em Torres Novas, não foi possível apurar os custos.

Das 36 infra-estruturas usadas pela GNR constatou-se que apenas uma seria coberta (OTA, pertencente à Força Aérea), sendo que cerca de metade não possuem qualquer protecção superior para os alvos e para os atiradores.

Em termos de condições de segurança, são quase todas consideradas mínimas pelos oficiais que fizeram o relatório, sendo que a da Guarda está interdita devido à falta de condições, a excepção são as carreiras da Força Aérea em que a todas foi dada uma classificação de boas condições de segurança. De realçar que apenas três das vinte e duas carreiras do Exército receberam boa nota neste tópico, foram as de Leiria, Tomar e Viseu.

Outro factor muito importante que foi pedido na Mensagem (MSG) N.º 2602/08 de 20 Agosto de 2008 da 6ª Repartição, foi o tipo de tiro que é possível realizar nas diversas carreiras, para podermos tirar algumas ilações em relação a que tabelas essas carreiras permitem realizar, pois os militares da GNR têm de efectuar várias tabelas de tiro ao longo do ano. Daqui podemos constatar que apenas 21 (vinte e uma) permitem efectuar todas as tabelas previstas nas Normas de Tiro, referimo-nos às tabelas do Tiro de Manutenção. As que permitem todas as tabelas encontram-se em: Alcochete; Angra do Heroísmo; Beja; Belas; Braga; Carregueira; Chaves; Estremoz; Évora; Figueira da Foz (Gala); Funchal; Guarda (encontra-se interdita); Mafra; Monte Real; Grândola; Póvoa do Varzim; Tavira; Vendas Novas; Viana do Castelo; Vila real; Vilar Formoso.

^{III} No quadro 1.1 surgem como se fossem apenas uma, devido ao método de contagem.

No entanto pela informação disponibilizada na resposta à MSG, anteriormente referida, não conseguimos apurar se também é possível realizar todas as tabelas nas carreiras que se situam em Santa Cruz das Flores e na Ilha do Faial, pois não foi possível apurar o comprimento da mesma.

Teve-se conhecimento de uma proposta quanto ao futuro das Carreiras de tiro do Exército, através do Memorando Nº1, de 14 de Janeiro de 2008, do Comando da Instrução e Doutrina do Exército, que no seu Anexo E indica quais as carreiras que deveriam fechar. Sendo que das que a GNR utiliza fechariam segundo a proposta as seguintes carreiras:

- Braga – encerraria a de 300 m pelo que no mínimo impossibilitaria efectuar a tabela de tiro de espingarda;
- Chaves – encerraria a de 100 m pelo que no mínimo impossibilitaria efectuar a tabela de tiro de espingarda;
- Figueira da Foz – impossibilitaria efectuar todas as tabelas do tiro de manutenção, no entanto na mesma localidade existe outra carreira pertencente à GNR onde apenas não se pode realizar a tabela para espingarda;
- Vila Real – encerraria a de 300 m pelo que no mínimo impossibilitaria efectuar a tabela de tiro de espingarda.

Não foi possível apurar se a carreira a que o Memorando se refere como Flamengos na Ilha do Faial, é a mesma que vem referida na MSG N.º 2602/08 (mencionada anteriormente), pois no Memorando está como pertencente ao RG 1 e na Mensagem como propriedade dos Serviços Florestais, caso se trate da mesma na proposta o Exército pretende desactivá-la. No caso de se tratar da mesma a GNR ficaria impossibilitada de realizar todas as tabelas, na presente ilha.

CAPÍTULO IV

INFRA-ESTRUTURAS MAI

No âmbito do Programa de Treino e Formação das Forças de Segurança foi decidida a construção de sete novas carreiras de tiro para o ano de 2008.

Das sete novas carreiras de tiro, cinco seriam construídas de raiz (num programa igual para todas), enquanto duas seriam recuperadas, de carreiras existentes do Exército. As carreiras construídas de raiz, seriam em Castelo Branco, Macedo de Cavaleiros, Águeda, Ponte de Lima e Portalegre, enquanto as outras duas seriam em Évora e Guarda.

Todas estas carreiras tem o mesmo projecto, que custou cerca de 150 mil euros, e possuem oito linhas de tiro, com uma área de tiro de 25 m. As duas carreiras inauguradas ainda em 2008 foram as de Ponte de Lima dia 22 de Dezembro e a de Águeda a 30 de Dezembro, sendo que a 10 de Março de 2009 foram inauguradas as de Macedo de Cavaleiros e de Castelo Branco.

Deste grupo de infra-estruturas cabe à GNR a manutenção de quatro, que são as carreiras situadas em Águeda, Évora, Guarda e Macedo de Cavaleiros, ficando as restantes três sobre responsabilidade da PSP. No entanto todas estas infra-estruturas são para ser usadas pelas diversas FFSS do Ministério da Administração Interna (MAI), e a sua utilização será tendencialmente gratuita. No seu quinto ponto, foi definido que até dia 31 de Janeiro de 2009 a GNR e a PSP deveriam apresentar um projecto conjunto de regulamento para as carreiras do MAI, no entanto até á data nenhum foi aprovado, pelo que alguns oficiais sugerem que estas carreiras não devam ser utilizadas, até à sua aprovação (SEAI, 2008).

Após procura de informação na GNR sobre a origem destas carreiras, apurou-se que a Guarda não teve participação activa neste “projecto tipo” de carreiras de tiro. Constatou-se que o mesmo foi da autoria conjunta da Direcção Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos e do Departamento de Formação da PSP, o qual deveria estar relacionado

com o Decreto Regulamentar nº19/2006 de 25 de Outubro pois, apesar de não se aplicar às Forças Armadas e de Segurança, tem algumas disposições sobre segurança, que deveriam ser respeitadas (EG/Relatório Nº 001-09, de 27 de Janeiro – “Carreiras de Tiro do MAI”).

Analisado o relatório chegou-se às seguintes falhas:

O espaldão pára-balas da Carreira de Tiro de Águeda não está totalmente protegido, existe betão exposto.

As paredes deviam ser revestidas com madeira ou borracha apropriada à anulação de ricochetes. Em Águeda o revestimento é feito com pneus, que contêm borracha e arame no seu interior, em Portalegre a carreira foi encerrada depois de se verificar que ocorriam ricochetes com esse tipo de revestimento, pelo que esteve encerrada até extracção dos pneus no espaldão pára-balas.

Não possui corredor de trânsito, ou seja caminho fisicamente delimitado e separado da área de tiro por muro.

Informação sobre o tipo de tiro que estas carreiras permitem fazer e quais os calibres possíveis de se usar.

(EG/Relatório Nº 001-09, de 27 de Janeiro – “Carreiras de Tiro do MAI”)

CAPÍTULO V

OUTROS SISTEMAS

Neste capítulo pretende dar-se a conhecer outro tipo de sistemas existentes. Alguns por estarem totalmente interligados às infra-estruturas, outros pelo facto de não serem necessárias as construções ou adaptações de infra-estruturas para que se possa fazer o treino dos militares.

5.1 AIRSOFT

“O *airsoft* é uma modalidade desportiva, de âmbito competitivo ou meramente recreativo, dividida em disciplinas desportivas cujos praticantes são munidos de armas de *airsoft*, que disparam pequenas esferas plásticas através de ar ou um outro gás comprimido.

Com este tipo de tecnologia praticam-se várias disciplinas desportivas:

- Jogo Tático em Equipa - consiste num desporto de equipa de inspiração na simulação tático-militar, colocando em confronto duas ou mais equipas de número indefinido de elementos em ambiente natural ou urbano, cujos jogadores são munidos de réplicas de armas reais, que disparam pequenas esferas plásticas de forma automática ou semi-automática através de ar comprimido. Os objectivos de jogo são definidos à priori e podem consistir na eliminação da equipa adversária, captura de um objecto ou jogador assinalado, escolta, ataque/defesa de perímetro, entre outros.
- Tiro Prático - consiste na prática de tiro ao alvo com arma de *airsoft*, segundo as orientações do Instrutor. É uma adaptação para *airsoft* da vertente real, existem muitas regras de prevenção que, embora atenuadas, necessitam de serem cumpridas para manter o nível de exigência que a Federação Portuguesa de

Airsoft deseja, e garantir a máxima segurança dos praticantes, corpo de arbitragem e assistência.

- Tiro Desportivo – consiste no tiro de precisão na sua forma mais simples com a prática de actividades atléticas como a corrida ou a corrida com obstáculos.
- Tiro de Precisão - consiste na prática de tiro ao alvo com arma de *airsoft*, de forma estacionária, exigindo concentração e disciplina do praticante.” (O que é o *Airsoft*, s.d.)

Destas disciplinas desportivas, a que poderia ter mais interesse para a GNR seria a de Jogo Tático em Equipa, pois permite um tipo de treino para os militares da Guarda ainda não existente.

Como se vai analisar, em respostas dos entrevistados, todos concordam que, quanto mais o treino se assemelhar ao real melhor. As armas de *airsoft* são réplicas quase perfeitas das armas reais, apresentando o mesmo peso das reais. Tal como vem previsto na Lei nº5/2006 as armas de *airsoft* não podem ter uma potência superior a 1,3J. Este facto faz com que as pistolas e espingardas caçadeiras tenham um alcance de cerca de 25 m, as espingardas e/ou pistolas-metralhadoras um alcance de 50 m. Para se poder praticar esta modalidade com segurança, são necessários simplesmente uns óculos de protecção que custam cerca de 20 €. As pistolas conseguem-se adquirir por preços que rondam os 30 €, as espingardas caçadeiras 50 € e as espingardas e/ou pistolas-metralhadoras por cerca de 400 €, sendo que qualquer uma destas armas tem uma garantia de 2 anos. As munições para estas armas vendem-se em lotes de quantidade variável, sendo que o preço por um lote de 3000 munições tem um custo de 7,5 € (<http://www.camufiado.com>). Todos estes preços são para pessoas individuais pelo que possivelmente a Guarda, querendo comprar uma quantidade significativa de armas e munições, os preços poderiam ser substancialmente reduzidos, traduzindo-se em cerca de 45 € para que cada militar possuísse óculos de protecção, uma pistola e 2000 munições.

Tendo em conta que este trabalho trata de infra-estruturas, podemos afirmar que com esta modalidade, não seriam necessários investimentos em infra-estruturas, podendo-se praticar em qualquer lugar. Pode também optar-se por utilizar edifícios abandonados para a prática deste tipo de treino. Esta modalidade permitiria um treino mais real aos militares, pois saberiam que caso fossem descuidados, poderiam ser atingidos, sendo que ser atingido por estas munições provoca uma dor suportável. É de salientar que este método é usado actualmente pelos Fuzileiros no seu treino. No entanto, o treino dado

com este tipo de equipamento, não tem como objectivo melhorar a precisão do disparo, mas sim a sua destreza na sua abordagem às diversas situações, quer sejam elas, deslocamentos, situações em que exista um aumento progressivo do uso da força, entre outras situações.

5.2 PAINTBALL

No *Paintball* cada jogador é equipado com um marcador^{IV} que dispara bolas de tinta biodegradável. Cada marcador tem um tapa-canos (borboleta) que só é retirado na zona de jogo, evitando que em caso de disparo accidental, a bola não saia do cano. É utilizada também uma máscara aprovada para a prática do *paintball*, cujo seu uso é indispensável e obrigatório, e opcionalmente, com um colete de protecção para a zona do tronco. Disputado normalmente 5 para 5 pode ser jogado em competição ou simplesmente numa vertente recreativa e mais descontraída.

O *Paintball* pode ser jogado em diversas formas e locais, como exemplo os recintos concebidos para a modalidade, os cenários naturais e até mesmo os cenários urbanos. Consoante o cenário e/ou os jogadores definem-se regras base para o desenrolar do próprio jogo, embora usualmente os jogos praticados sejam o extermínio total, ataque ao forte e o jogo da bandeira, em que o objectivo é colocar a bandeira na base do adversário (O que é o PaintBall, s.d.).

O equipamento necessário para se poder jogar este jogo tem como custos cerca de 15 € para a máscara facial, 40 € o sistema de carregamento, 20 € uma botija de CO₂, o marcador propriamente dito 200 € e as munições são vendidas em lotes de quantidade variável, sendo que o preço por um lote de 2000 tem um custo de 29,25 €.

Pelo que o equipamento necessário para um militar rondaria os 282,5 € ficando este com 500 munições.

De referir ainda que as botijas têm de ser trocadas conforme se gasta o gás, pelo que o recarregar não se aplica apenas às munições. O alcance destas armas em média atinge os 40 m. Tal como no desporto anteriormente mencionado, privilegia a abordagem a locais, em que o militar não deve andar exposto.

^{IV} Que a população em geral chama de “armas” (www.fppaintball.pt)

5.3 SIMUNITION

O sistema *Simunition* poderá ser considerado uma mistura do *Airsoft* e do *Paintball*, pois consiste em utilizar armas reais^V, modificadas através de um kit de conversão, que consiste sobretudo em substituir a culatra da arma. As munições usadas por estas armas são as munições *FX*, que se caracterizam por um invólucro de metal, com um projectil em plástico contendo tinta no interior ou seja, deixarem uma marca de cor no local do impacto, que é facilmente lavada com água. Existem destas munições para calibre .38 e 9 mm (com uma precisão até cerca de 7,5 m), e 5.56 mm (têm um alcance com precisão até 30 m) (FX Training System, 2009)^{VI}. Este tipo de material já é usado por algumas unidades da Guarda, e serve sobretudo para fazer “simulações interactivas de situações realistas, que tem como vantagem o facto de os alvos também dispararem” (B. Fernandes, comunicação pessoal, 13 de Março de 2009).

Um kit de conversão para a Glock 19 é de 385 € mais o imposto sobre valor acrescentado (IVA). Cada munição *FX* tem um custo de 0,65 € (R. Carreira, comunicação pessoal, 12 de Fevereiro de 2009).

5.4 SIMULADORES DE TIRO

Este tipo de tecnologia é cada vez mais usado pelas FFSS e pelas Forças Armadas (FA) de outros países. Em Portugal este tipo de sistema também já é usado, nomeadamente pela PSP.

Estes simuladores de tiro têm muitas opções, nomeadamente no tipo de armamento possível de ser utilizado permitindo fazer tiro com munição real, ou usar um sistema de laser.

Nas armas em que é usado sistema laser para determinar onde seria o impacto da munição, produz-se uma vibração normal de um disparo, pois através do carregador da arma é ligado um cabo a um compressor de gases. Ao pressionar-se o gatilho, esse compressor vai expelir gás para a arma, fazendo com que esta simule o “coice” real da arma.

^V No *Airsoft* as armas assemelham-se ao real.

^{VI} Tradução livre da responsabilidade do autor.

É também possível, desde que a sala esteja devidamente isolada e revestida com material anti-ricochete, fazer os disparos com munições reais. Neste caso o simulador de tiro reconhecerá o local do impacto, através da leitura do calor deixado pelo projectil ao passar através da tela onde é projectada a imagem. Torna-se assim possível ao militar fazer o treino com a arma que lhe está distribuída.

As simulações que surgem na tela não necessitam ser sempre as mesmas, pois o controlador do sistema pode mudar as simulações, quer em termos de situações, quer de ambiente, o que permite um treino diversificado. Assim o militar terá que se adaptar, não podendo recorrer à memória para efectuar uma boa classificação.

Os simuladores já permitem recriar quase todo o tipo de situações, sendo possível colocar-se uma viatura terrestre ou uma embarcação na sala onde estes simuladores funcionam, desde que previamente pedidas este tipo de necessidades. Dentro das viaturas os militares ao fazer tiro recriam seguimentos no meio aquático, aéreo ou terrestre. Dependendo apenas do que se pretende treinar.

Pode-se fazer um treino do aumento proporcional da força, pois estes sistemas também reconhecem o uso de gás-pimenta e da *taser*. No entanto todos estes pormenores têm de ser tratados aquando da aquisição do sistema, pois nem todas estas opções vêm incluídas num produto standard. Os simuladores permitem também simular outras situações, por exemplo: caso o militar leve muito tempo a reagir aos suspeitos, pode ser atingido com pedaços de borracha de modo a pressioná-lo, obrigando-o assim a reagir conforme se vão criando as situações, e de forma rápida. (www.lasershot-lawenforcement.com)^{VII}

Este sistema, contudo não tem apenas vantagens. Para que permita todo este tipo de opções tem também um preço de aquisição elevado, não pelo sistema em si, mas pela infra-estrutura que é necessária para que se possa efectuar todo este tipo de treino. No entanto o custo de manutenção do mesmo poderá mostrar que este sistema pode compensar no médio/longo prazo, mas para tal será necessário efectuar um estudo. Ao usar-se as armas com o sistema laser e de gás, poupar-se ia muito dinheiro e munições, que é um dos graves problemas na GNR de momento. Sabe-se que nalgumas unidades da Guarda, os militares não cumpriam com as tabelas de tiro, não por falta de infra-estruturas ou tempo, mas sim pela falta de munições, como foi referenciado pelo Sr. Tenente Palma.

^{VII} Tradução livre da responsabilidade do autor.

II PARTE – PRÁTICA

CAPÍTULO VI

TRABALHO DE CAMPO

Na parte prática deste trabalho foram realizadas diversas entrevistas, as quais foram estudadas e apresentadas através da utilização da sinopse de entrevista, na qual se apresenta o mais importante referido pelo entrevistado em cada pergunta. A escolha deste método de análise prende-se com a intenção de reduzir o volume de material a analisar e facilitar a comparação longitudinal das entrevistas (Guerra, 2006, p. 73).

As entrevistas foram de carácter semi-formal, pois o entrevistado além de responder às perguntas que lhe eram colocadas, teve oportunidade de falar de assuntos relacionados, facto que ocorreu em grande parte das entrevistas. As mesmas recaíram preferencialmente sobre oficiais que ao longo da sua carreira, tivessem estado colocados em apenas uma unidade. Desta forma pretendeu-se chegar ao específico de cada unidade, e não a uma vista global. No âmbito Territorial foram entrevistados o Sr. Coronel Damião, Comandante do Comando Territorial de Lisboa e o Sr. Coronel Porteira De Almeida, Comandante do Comando Territorial de Setúbal, por serem comandantes de áreas consideradas complicadas em termos de criminalidade. O Sr. Major Rosa da Escola da Guarda foi escolhido por ter estado sempre em funções ligadas ao Trânsito enquanto oficial subalterno e capitão, mantendo-se actualmente como Chefe do Gabinete de Legislação Rodoviária na Escola da Guarda. O Sr. Tenente Reis por ser o actual oficial de tiro da Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE). O Sr. Tenente Palma por antes da reestruturação da GNR, estar colocado na Brigada Fiscal (BF) e actualmente ser adjunto de um Destacamento da Unidade de Controlo Costeiro (UCC). O Sr. Tenente Gomes, pois na data da entrevista ser o único oficial na Unidade de Acção Fiscal (UAF) que possui-a o curso de instrutor de tiro, e anteriormente à reestruturação ser oficial de tiro da BF. Em relação à Unidade de Intervenção (UI) foi feita uma entrevista

ao Sr. Capitão Quadrado, que aquando da deslocação à unidade, deu a conhecer um trabalho realizado no ano de 2008 que tratava sobre a temática em questão.

Quadro 5. 1: Respostas das entrevistas à primeira questão.

Entrevistado \ Questão	Qual o tipo de infra-estrutura que julga ser necessário para o treino dos militares da unidade focada?
Entrevistado 1	Alvos em movimento e devia ser possível atingir os alvos estando o militar em movimento.
Entrevistado 2	Uma carreira de 25 m e outra de 50 m.
Entrevistado 3	Uma carreira de tiro coberta de 25 m.
Entrevistado 4	Que permita tiro estático e tiro em movimento. Quer da parte do alvo, quer do atirador.
Entrevistado 5	Uma carreira de tiro coberta, que pudesse simular várias situações distintas. E uma carreira de 300 m.
Entrevistado 6	Uma carreira de 25 m e talvez uma de 100 m.
Entrevistado 7	Está no trabalho, é mais fácil do que tentar dizer tudo.

A diversidade da proveniência dos diversos oficiais entrevistados está bastante expressa pela heterogeneidade das respostas, excepção feita aos entrevistados número 4 e 6, que são os dois pertencentes à componente Territorial da GNR.

Para que se possa entender o porquê de uma infra-estrutura para uma determinada unidade, temos que compreender a sua realidade, qual o seu propósito, onde actua e com que tipo de agentes lida.

Tendo em conta estes factores compreende-se o porquê da diferença nas respostas destes oficiais. A resposta do entrevistado número 1, refere-se a uma unidade de trânsito, quer seja da UNT ou Destacamento de Trânsito, pois as suas missões e atribuições são semelhantes.

O Sr. Major Rosa sugere que para se treinar as situações que exigem o uso da arma se devem utilizar simuladores de tiro, pois com as novas tecnologias estes permitem recriar

uma situação quase real. Desta forma poderá colocar-se uma estrutura com a forma de carro na sala, onde é usado o simulador ou até mesmo uma viatura real, desde que a sala tenha as dimensões adequadas. Depois será projectada uma imagem, em que poderá tremer a imagem, simulando assim o movimento do carro. Refere também, que apesar deste treino poder ser efectuado totalmente com o simulador, ou seja, em que a arma também pertence ao sistema, que o mesmo deverá ser efectuado principalmente com a arma que está distribuída ao militar pois nalguns destes simuladores, é permitido fazer fogo com munição real, treinando assim o militar com a arma que usa no serviço.

A resposta do entrevistado número 2, refere-se à UAF, tendo em conta as situações expostas no segundo capítulo o Sr. Tenente Gomes recomenda o uso de carreiras de tiro de 25 m e de 50 m, pois considera estas as distâncias a treinar pelos seus militares, pois segundo as informações disponibilizadas, as armas distribuídas aos militares da UAF, são pistolas e a espingarda automática G3. No entanto acredita que deveriam também ser distribuídas espingardas caçadeiras, pois estas possuem um grande poder de dissuasão.

A resposta do entrevistado número 3 refere-se à USHE, em termos de infra-estruturas, o Sr. Tenente Reis recomendou que a carreira possibilitasse treinar o tiro até 25 m, sendo que o ideal seria uma carreira coberta (ou um pavilhão de tiro coberto), referindo que os simuladores são de facto uma experiência muito benéfica para qualquer militar.

A resposta do entrevistado número 5, refere-se à UCC em relação à infra-estrutura o Sr. Tenente Palma referiu que uma carreira de tiro coberta seria o ideal, pois permitiria simular várias situações, como visibilidade reduzida (nevoeiro), tiro nocturno, com um controlo da luminosidade, sendo que também algo que pudesse simular uma embarcação e que tivesse movimento. Sugeriu também uma carreira de tiro de 300 m, não por a UCC ter *snipers*, mas para obrigar os militares a percorrer uma certa distância, pois nos desembarques de droga, muitas das vezes, os militares necessitam percorrer areais extensos, e tem de fazê-lo rapidamente, o que se torna bastante cansativo. Nestes casos, e porque os acessos à orla costeira por vezes só podem ser feitos a pé, (ou porque existe a necessidade de deixar as viaturas a bloquear os acessos), o militar, depois desse esforço, continua a necessitar de ter discernimento para efectuar a abordagem ou utilizar a arma de fogo correctamente.

A resposta dos entrevistados número 4 e 6 referem-se à componente territorial da GNR, e pelo que pode observar nas entrevistas, as respostas não divergem muito, sendo que o Sr. Coronel Damião (entrevistado nº4) chega a dizer que “...é fundamental, que o militar saiba fazer tiro e acertar no alvo.”, pelo que se percebe, que apesar de considerar uma

mais-valia os alvos em movimento, também considera importante a carreira de tiro de 25 m. Estas infra-estruturas justificam-se pois os comandos territoriais são as unidades em que se empenha maior número de militares, devido às suas inúmeras funções.

Na opinião do Sr. Coronel Porteira de Almeida justificam-se as duas carreiras (25 m e 100 m), pois a arma de fogo é uma das ferramentas de trabalho do militar. A pistola serve para efectuar fogo nas condições previstas legalmente até distâncias de cerca de 25 m, pois são concebidas para esse efeito. A carreira de 100 m já teria justificação derivado ao facto de os militares por vezes usarem a espingarda calibre guerra G3, que é concebida para esse efeito, apesar de cada vez menos se dar uso a esta arma. Referiu que o treino de espingarda caçadeira também é muito importante, e que este não tem a atenção que merece.

O Sr. Coronel Damião refere que serão importantes as carreiras com alvos em movimento, com os militares também em movimento, para que se possam vir a evitar certo tipo de incidentes, e para que tenham um maior conhecimento da arma, evitando que sintam tanto a pressão de usar a mesma. Que consigam discernir no momento de a usar.

No ano de 2008 foi realizado um trabalho com as pretensões do Regimento de Infantaria, para fazer face as deficiências nas áreas de instrução, estas instalações iriam permitir o ministrar os seguintes cursos: Manutenção de Ordem Pública; Segurança Pessoal a Altas Entidades; Técnicos Especialistas em Inactivação de Engenhos Explosivos Improvisados; Operações Especiais; Montanhismo; Operações de Apoio à Paz; Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico. Desta forma permitiria treinar todas as valências da GNR, não só para a prática de tiro, mas também condução, treino físico, entre outras, no entanto, para este trabalho, interessam-nos aquelas que permitem a prática de tiro.

O Regimento de Infantaria considerava necessário em infra-estruturas para tiro:

- 1 Carreira de Tiro de 300 m para *Snipers*, que possui-se posição aos 200 m;
- 1 Carreira de Tiro de 100 m para treino de manobras militares com capacidade de introdução de viaturas, com 4 posições de tiro, espaldões laterais e na zona de alvos, com barreiras superiores e uma estrada em terra batida entre as posições de tiro e espaldão do lado direito. Esta carreira permitirá a execução de tiro de espingarda automática, tiro *Sniper* e treino de reacção a emboscada no âmbito de escolta e Segurança Pessoal;
- 1 Carreira de Tiro de 25 m coberta, com espaldão frontal, sendo que esta carreira permitirá a execução de tiro de pistola e pistola-metralhadora, dos vários cursos

de instrução e de manutenção, incluindo o tiro de reacção e emboscada do ramal de auto-estrada;

- 5 Carreiras de Tiro de 25 m com estrutura tipo Treino de Unidades Especiais descoberta, com 3 espaldões, que possibilitem fazer fogo em três direcções;
- 1 Casa da Morte, "...serve para treinar limpeza de compartimentos com munições reais." (A. Quadrado, comunicação pessoal, 13 de Março de 2009).

Quadro 5. 2: Respostas das entrevistas à segunda questão.

Entrevistado \ Questão	Quais as vantagens e/ou desvantagens que poderíamos retirar do facto de termos infra-estruturas próprias?
Entrevistado 1	Vantagem em termos monetários e a disponibilidade que se torna muito mais fácil de gerir.
Entrevistado 2	Mais fácil gestão do tempo. Permitir-nos ia dar mais atenção aos militares com maiores dificuldades, pois teríamos mais oportunidades de nos dirigir à carreira de tiro.
Entrevistado 3	Não sei se uma só Unidade, se só a USHE, seria rentável. Facilitaria idas à carreira de tiro.
Entrevistado 4	Nos locais onde não seja possível servirmo-nos do que já existe.
Entrevistado 5	Utilização mais intensa das mesmas.
Entrevistado 6	Vantagem em termos de tempo e desvantagem em termos de manutenção.
Entrevistado 7	E existem desvantagens?

Depois de observado o Quadro 5.2, podemos ver que os vários entrevistados possuem algumas opiniões idênticas em relação às vantagens de a GNR ter as suas próprias infra-estruturas, tais como:

Mais fácil gestão da utilização da carreira, pois seria efectuada pela GNR, e os tempos que sobrassem, seriam depois geridas com as entidades que também necessitam de infra-estruturas de tiro para treinar.

Podendo ser construídas em locais mais acessíveis para as várias unidades, pois teria que existir um estudo, que aconselhasse onde realmente seriam necessárias, o que iria diminuir o tempo de deslocação às mesmas.

O Sr. Coronel Porteira de Almeida, referiu que os militares que se encontram em Setúbal, perdem 3h em deslocação para a carreira de Pinheiro da Cruz que, segundo o mesmo, poderá vir a fechar caso o Estabelecimento Prisional aí estabelecido seja encerrado. Este

facto iria aumentar, ainda mais, o tempo de deslocação para a carreira, consequentemente provocando algum prejuízo para o serviço. O Sr. Capitão Quadrado referiu que não via qualquer desvantagem no facto das infra-estruturas serem próprias, ou seja traria bastantes vantagens para a GNR.

Em relação a desvantagens, temos como principais o custo de manutenção das mesmas. Existem algumas unidades da Guarda que, actualmente, não tem quaisquer encargos com as infra-estruturas a não ser levar os bastidores e alvos, ou seja, não pagam o custo de manutenção, custo de atirador/hora e taxas devido ao ambiente, como as unidades que utilizam as infra-estruturas do Exército. No entanto, o primeiro entrevistado o Sr. Major Rosa, refere que talvez ficasse mais barato termos infra-estruturas nossas, do que se estar a pagar ao Exército para a utilização das suas infra-estruturas.

Quadro 5. 3: Respostas das entrevistas à terceira questão.

Entrevistado \ Questão	Carreiras de tiro cobertas ou descobertas? Já aconteceu ter de desmarcar uma sessão de tiro devido a más condições climáticas?
Entrevistado 1	Disponibilidade seja sempre condicionada pela meteorologia, devido a serem descobertas.
Entrevistado 2	Nunca me aconteceu essa situação. Acho que deveriam existir das duas.
Entrevistado 3	Permitir a prática de tiro em qualquer época do ano. Desvantagem talvez o seu custo inicial.
Entrevistado 4	Isso é uma realidade, mas nós temos de estar habituados a fazer o tiro em quaisquer circunstâncias climáticas.
Entrevistado 5	Cobertas permitem ser utilizadas em qualquer tipo de situação, logo aí uma vantagem muito grande.
Entrevistado 6	Várias vezes isso sucedeu-se. O facto de passarmos a poder fazer fogo em qualquer dia do ano, independentemente das condições meteorológicas. Podíamos controlar a luminosidade.
Entrevistado 7	Tantas, e não só por mau tempo. Desvantagens só se não estiver bem-feita, provocará uma acumulação de gases no ar. Vantagens, ser fora da vista de elementos estranhos e podermos controlar a luminosidade e sonorização.

Analisando o Quadro 5.3, facilmente nos apercebemos que a maioria dos oficiais entrevistados possuem a mesma opinião, ou seja que deveriam existir mais carreiras cobertas, pois nalguns casos já tiveram de cancelar as sessões de tiro devido ao mau tempo. Actualmente com a maior necessidade de se recorrer as carreiras de tiro, em

virtude da mudança nas Normas de Tiro, faz com que os militares também não consigam evitar os meses com maior pluviosidade, pelo que se mostra ainda mais importante esta necessidade. Foi também relevado o facto de permitir treinar-se noutro tipo de horários, e de se poder controlar a luminosidade e sonorização do meio.

Quadro 5. 4: Respostas das entrevistas à quarta questão.

<div>Questão</div> <div>Entrevistado</div>	<p>Conseguia cumprir com as antigas Normas de tiro, ou seja levar todos os seus militares semestralmente a fazer tiro?</p> <p>Julga exequível cumprir com as actuais Normas de tiro, que prevêm tiro quadrimestral?</p>
Entrevistado 1	<p>No Grupo de Trânsito de Santarém todos os destacamentos cumpriam as Normas.</p> <p>Acredito que seja exequível devido à reestruturação a que a GNR foi sujeita.</p>
Entrevistado 2	Dava para cumprir com duas ou três excepções, pois por vezes surge uma ida ao tribunal ou algo excepcional e ficava pendente, isto em relação a idas à carreira.
Entrevistado 3	No último ano não cumprimos. Ter em conta que o quadrimestral é só para quem está em funções operacionais.
Entrevistado 4	Exequível é, podemos é não ter carreira de tiro para o efeito.
Entrevistado 5	Não conseguia cumprir as normas de tiro, por duas razões principalmente, por não haver munições, e porque para ter militares para efectuar as tabelas de tiro, havia dias que nem sequer dava para lançar uma patrulha, e havia indicações expressas para não deixar de fornecer militares para esses serviços.
Entrevistado 6	Acho mesmo muito complicado, pois com as antigas havia algumas excepções, ou seja alguns militares que não conseguiam fazer todas as tabelas que estavam previstas.
Entrevistado 7	Sim, as nossas são específicas.

Após observação do Quadro 5.4, concluímos que todos os oficiais acreditam ser difícil de cumprir os objectivos propostos nas Normas de Tiro. Apontam as mais variadas razões para o sucedido. Como já foi observada a Tabela I.1, podemos constatar que

praticamente todas as infra-estruturas usadas pela GNR, para a prática de tiro, não são cobertas, pelo que, por vezes, as condições climatéricas não são as ideais para as sessões de tiro e como tal, têm de ser adiadas. Nas Normas de tiro não se prevê tiro à noite, ou com chuva pelo que, certos meses do ano são evitados pelas FFSS devido a essas condições.

Foi relatado, também que por vezes até existe a disponibilidade da infra-estrutura mas que, depois, não foram distribuídas munições em número suficiente para que todos os militares possam efectuar as suas sessões de tiro.

Outra grande dificuldade sentida em quase todas as unidades é a falta de militares, para que possa existir uma dispensa de outros do serviço para que possam efectuar as tabelas.

Tal como foi relatado pelo Sr. Tenente Palma, por vezes, nem militares tinha para cumprir com os serviços mínimos do seu destacamento, pelo que não podia destacar militares para as sessões de tiro. Desta forma estes seus militares não cumpriam com as Normas de Tiro, perdendo assim parte da sua formação contínua, que é de extrema importância.

CAPÍTULO VII

CONCLUSÕES

O presente capítulo, destina-se à verificação das hipóteses criadas, no corpo do trabalho, tendo como base os dados recolhidos através do trabalho de campo. Inserem-se ainda as conclusões e possíveis recomendações a ter em conta no futuro.

Faz-se ainda referência às limitações da investigação, que acabaram por condicionar o estudo, e aproveita-se para lançar algumas propostas futuras de investigações relativas ao tema em questão.

7.1 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Da investigação realizada ao longo deste trabalho enumerou-se um conjunto de dados que se pretenderam organizar de forma conclusiva, na tentativa de responder às perguntas de partida e comprovar a validade das hipóteses formuladas:

Relativamente à hipótese n.º 1, verifica-se que não existe apenas uma infra-estrutura que se adequa ao tiro policial, mas uma panóplia delas. Esta hipótese é totalmente validada pelas respostas dadas pelos oficiais da GNR à primeira questão, pois, todos eles, consoante as unidades que representam definiram um tipo de infra-estrutura diferente.

Quanto à hipótese n.º 2, nomeadamente quanto à GNR possuir infra-estruturas próprias, permitindo uma maior flexibilidade para os militares efectuarem o seu treino, diminuindo o prejuízo para o serviço, e tendo em conta as respostas dos entrevistados, podemos considerar esta hipótese como totalmente válida, pois quase todos apresentaram como vantagem maior facilidade de acesso às carreiras e uma mais fácil calendarização das mesmas. Actualmente a Guarda usa muitas carreiras de outras entidades, pelo que

organiza a sua prática de acordo com as datas disponibilizadas pela entidade que gere a infra-estrutura.

No que concerne à hipótese n.º3, ou seja se é mais rentável possuir infra-estruturas próprias, do que pagar a outras entidades, para se poder fazer o treino dos militares, verificou-se que não se conseguiu reunir dados suficientes para que se possa validar ou refutar esta hipótese.

Na hipótese n.º 4 onde se pretendia confirmar se havia necessidade de infra-estruturas diferentes, tendo em conta as especificidades das várias unidades da GNR, as quais poderiam pressupor distintos tipos de treino, confirma-se que esta hipótese é também totalmente. Os oficiais entrevistados além de dizerem o tipo de infra-estrutura pretendido para a unidade focada, falaram também sobre o porquê da mesma, percebendo que subentendidas estariam as diferentes missões desempenhadas pelas diferentes unidades, tal como os diferentes tipos de ambientes em que estes desenvolvem as suas acções, tal como os diferentes tipos de armas.

Quanto à hipótese n.º 5, nomeadamente se as carreiras: deveriam ser cobertas, pois obter-se iam algumas vantagens. Foi possível validar parcialmente esta hipótese, pela questão número 3, onde foram salientadas como vantagens o facto de se poder controlar a luminosidade, uso da carreira independente das condições meteorológicas, foram ainda referidas outras no entanto, foi também referido por alguns oficiais, o facto da manutenção deste tipo de infra-estrutura ser consideravelmente superior às carreiras descobertas.

Por fim, na hipótese n.º 6 em que se enumera a questão das carreiras existentes não servirem para satisfazer as necessidades actuais da GNR, verificou-se que esta hipótese é parcialmente validada pela quarta questão. Quando questionados, os oficiais, sobre se conseguiam cumprir com as anteriores Normas de Tiro, cerca de metade disseram que não conseguiam cumprir, o que nem sempre era devido à falta de carreira. Situações havia em que tinham munições e militares mas as carreiras já tinham o seu tempo completamente preenchido. Com a aprovação das Normas de Tiro a 11 de Dezembro de 2008, o tiro de pistola passou de semestral a quadrimestral^{VIII}, o que, por si só, fará com que os militares tenham que se dirigir mais vezes à carreira de tiro. Se já existia dificuldade em cumprir com os prazos anteriores como podemos comprovar através da Proposta Nº 040/08 Plano de Formação Teórico-prática de Armas de Fogo-2009 elaborada pelo Núcleo de Armamento e Tiro da Escola da Guarda, no seu ponto 2 Análise, alínea d), a 6ª Repartição, enviou a correspondente resposta através da MSG nº

^{VIII} Para os militares que se encontram em funções operacionais.

3192 de 28OUT08 e da qual se demonstram os resultados sob a forma da tabela K.1^{IX}, pelo que podemos observar que na maioria os militares não cumpriam com as antigas Normas de Tiro. Eram cerca de 24 mil militares, no entanto não foi possível apurar o porquê desta situação. Tendo em conta que metade dos oficiais se queixaram da falta de disponibilidade das carreiras, podemos considerar que talvez tenha sido essa uma das causas. Nesse caso o aumento da frequência com que se irá as carreiras poderá vir a demonstrar uma maior falta de disponibilidade das mesmas.

7.2 SÚMULA CONCLUSIVA E RECOMENDAÇÕES

As actuais infra-estruturas utilizadas pela GNR, para a prática de tiro, não satisfazem as exigências da mesma. Como podemos observar a tabela I.1, na sua quase totalidade as mesmas são descobertas, o que dificulta a utilização das mesmas ao longo de todo o ano, devido às condições climatéricas, constatámos ainda que pelo facto de serem descobertas, não permite que se faça o controlo da sonorização e iluminação, facto considerado importante por alguns dos oficiais entrevistados. A tabela I.1 apresenta as infra-estruturas usadas pela GNR até Dezembro de 2008, que como sabemos, o Exmo. Sr. Ministro da Administração Interna já inaugurou quatro novas carreiras, sendo que continuam por inaugurar mais três. No entanto, como ainda não está aprovado nenhum regulamento para a utilização das mesmas, alguns oficiais sugerem que estas não devam ser usadas. Ao mesmo tempo, torna-se necessário fazer algumas alterações nestas infra-estruturas pois, como podemos observar no relatório 001-09 Carreiras de Tiro do MAI, estas não oferecem total segurança a quem as utiliza.

Pode-se também concluir que das 40^X carreiras que a GNR utiliza de momento, apenas 21 permitem efectuar todas as tabelas do tiro de manutenção. Das restantes, uma apenas permite o tiro de espingarda, que se situa em Fajá de Cima (Ponta Delgada), e as restantes 14^{XI}, permitem realizar as tabelas de Pistola e Circuito Dinâmico de Pistola, Espingarda Caçadeira e Pistola-Metralhadora. Sobre as 4 carreiras do MAI entretanto inauguradas, ainda não se sabe qual o tiro que permitem fazer pois, ainda, não existe regulamentação sobre as mesmas. Deve-se ainda salientar que das 21 carreiras que

^{IX} Ver anexo K.

^X 36 Utilizadas pela GNR até Novembro de 2008, mais as 4 já inauguradas pelo Exmo. Sr. Ministro da Administração Interna, sendo que faltam inaugurar 3 que daria um total de 43 carreiras.

^{XI} Devido ao método de contagem não se estão a incluir a carreira de Arrifes (Ponta Delgada), pois já está mencionada a de Fajá de Cima (que apenas permite tiro de espingarda), e a carreira de Aguilhão (Beja), pois também já foi considerada a de Cabeço de Ferro (que permite realizar todas as tabelas de manutenção).

permitem realizar todas as tabelas, apenas 3 pertencem à GNR pelo que, caso as outras entidades deixem de ter necessidade das mesmas, tornará à GNR muito complicado cumprir com o que tem estabelecido nas suas Normas de Tiro.

Não foi possível apurar qual a melhor infra-estrutura para a prática do tiro policial pois, como podemos observar pelas respostas dos entrevistados à primeira questão, não existe apenas uma infra-estrutura ideal para a GNR, poderá quanto muito chegar-se a um ideal de infra-estrutura por tipo de unidade. Se o facto das infra-estruturas serem adequadas a cada tipo de unidade, trará vantagens, podemos também confirmar através das entrevistas que sim, pois os militares terão o seu treino adequado aos tipos de missões que desempenham e ao ambiente em que as desenvolvem. Esperando-se assim um melhor desempenho dos mesmos, pois teriam tido um treino específico para a sua unidade e não o treino geral que é dado à maioria dos militares.

Tendo em conta as actuais Normas de Tiro acredito que deveria ser feito um estudo de modo a fazer-se uma proposta consentânea com o proposto no Memorando Nº 01 do Comando de Instrução e Doutrina do Exército Português^{XII}, em que, a GNR assegurasse as infra-estruturas necessárias para que se possam realizar as Tabelas do tiro de Manutenção, com excepção da Tabela de Espingarda. Para realizar esta tabela continuaríamos a recorrer às carreiras do Exército, para tal seria necessário entrar em contacto com os detentores das carreiras para que se chegasse a um protocolo.

Em suma, apesar de a Guarda, actualmente, não possuir suficientes carreiras de tiro para cumprimento das suas Normas de Tiro, constata-se que, ainda assim, é possível ir mantendo os níveis de instrução em níveis satisfatórios.

A criação de carreiras ajustadas às diferentes missões das unidades da GNR, apesar de parecer absolutamente correcto, torna-se demasiado utópico, dispendioso e ambicioso no actual ambiente. Na opinião do autor, deveria ser calendarizado, faseado e orçamentado um estudo coerente, objectivo e estruturante para suprir estas carências actuais de infra-estruturas, sob pena de o investimento feito ficar aquém das necessidades, ou não se inserir na estratégia geral da Guarda.

^{XII} Ver anexo J

7.3 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

Na elaboração deste estudo, existiram fortes limitações e constrangimentos tais como a escassez de informação sobre infra-estruturas para tiro ou, até mesmo, alguma subjectividade nalguns relatórios que foram usados. Em relação à informação obtida através da Mensagem N.º 2602 de 20 Agosto de 2008, dado que a mesma vem relatada por diferentes oficiais, pelo que se torna subjectiva, pois depende do nível de conhecimento técnico de cada um. Seria necessário que a avaliação das carreiras existentes fosse de futuro efectuada por apenas um oficial. Não foi possível obter dados sobre os custos de manutenção de uma carreira coberta, e uma descoberta, para que se pudesse fazer uma comparação, nem para comparar com o que se paga ao Exército. Para que se pudesse analisar se sairia mais barato termos infra-estruturas próprias ou pagar ao Exército, como se faz na maior parte dos casos.

7.4 INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Tendo em conta as limitações apresentadas o autor tem a noção que muito ficou por abordar em relação ao tema em questão, pelo que se sugere que as tecnologias referidas no Capítulo Outros Sistemas sejam alvo de um futuro estudo de modo a ver se o tipo de treino que proporcionam é de interesse para os militares da GNR e para que se possa verificar se realmente existe uma relação de benefício/custo.

Deve-se realçar que o *Simunition* é já usado na UI e EG, o que facilitará um estudo. Já existem alguns contactos entre a GNR e fornecedores de Simuladores de Tiro o que poderá, também, facilitar numa avaliação benefício/custo do sistema. Deverá também ser feito um estudo para que se possa chegar à conclusão de que tipo de infra-estrutura cada unidade necessita. Posteriormente encontrar a melhor solução se as carreiras genéricas que possuímos, se adaptadas a cada unidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS:

ACADEMIA MILITAR (2008). *Orientações Para Trabalhos*, Lisboa.

GIL, A.C. (1999). (5ª ed.). *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*, São Paulo: Atlas

GUERRA, Isabel Carvalho (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo* (1ª. ed.), Estoril, Príncipeia.

SARMENTO, Manuela (2008) *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora.

SÍTIOS CONSULTADOS:

CAMUFLADO, (s.d.). Acedido a 11 de Fevereiro de 2009, [Http://www.camufado.com](http://www.camufado.com)

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE *PAINTBALL*, (2009). Acedido a 1 de Março de 2009, [Http://www.fppaintball.org](http://www.fppaintball.org)

FX TRAINING SYSTEM, (2009). Acedido a 20 de Fevereiro de 2009, http://www.simunition.com/cartridges/fx_training_en.php

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, (s.d.). Acedido a 19 de Janeiro de 2009, www.gnr.pt

LASER SHOT - LAW ENFORCEMENT, (s.d.). Acedido a 12 de Janeiro de 2009, <http://www.lasershot-lawenforcement.com>

O QUE É O AIRSOFT, (s.d.). Acedido a 11 de Fevereiro de 2009,
<http://www.fpairsoft.com/index.php?p=conteudo&id=58>

O QUE É O PAINTBALL, (s.d.). Acedido a 5 de Março de 2009,
<http://www.paintland.com.pt/webfiles/whatisit.asp>

SALA DE IMPRENSA, (s.d.). Acedido a 15 de Março de 2009,
<http://www.mai.gov.pt/salaimpresa.asp>

OCEANS AND LAW OF THE SEA, (2009). Acedido a 10 de Fevereiro de 2009,
www.un.org/Depts/los/convention_agreements/convention_overview_convention.htm

LEGISLAÇÃO:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (2005), Diário da República, 1ª Serie A, de 12 de Agosto de 2005, Nº 155, pp.4645.

LEI Nº. 05/06, de 23 de Fevereiro – Regime jurídico das armas e suas munições.

LEI Nº. 63/2007. (2007). Diário da República, 1ª Série, de 6 de Novembro, Nº 213, pp.8043-8051. Decreto Regulamentar 19-07 25OUT.

DECRETO REGULAMENTAR Nº. 19/2006. (2006). Diário da República, 1ª Serie, de 25 de Outubro, Nº 206, pp.7375-7381.

PORTARIA 1450/2008. (2008) Diário da República, 1.ª Série, de 16 de Dezembro de 2008, N.º 242, pp.8845-8854.

DESPACHO Nº 72/08-OG Comandos Territoriais.

DESPACHO Nº 74/08-OG Unidade de Controlo Costeiro.

DESPACHO Nº 75/08-OG Unidade de Acção Fiscal.

DESPACHO Nº 76/08-OG Unidade Nacional de Trânsito.

DESPACHO Nº 77/08-OG Unidade de Intervenção.

DESPACHO Nº 78/08-OG Unidade de Segurança e Honras de Estado.

SEAI (2008) Despacho do Secretário de Estado da Administração Interna 17 de Dezembro de 2008.

OUTROS DOCUMENTOS:

CARREIRA, Ricardo, comunicação pessoal, 12 de Fevereiro de 2009.

COMANDO DE INSTRUÇÃO E DOCTRINA: Exército Português (2007). Normas & Taxas a Aplicar por Utilização CT Exército Actual.

COMANDO DE INSTRUÇÃO E DOCTRINA: Exército Português (2008). Memorando Nº 01: Reorganização Territorial das Carreiras de Tiro do Exército. GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, Comando Geral (2008) – *Normas de Tiro e Regulamento de Tiro de Manutenção*.

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (1996), *Manual de Operações*, Volume I, CEGRAF GNR, Lisboa.

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, Escola da Guarda (2008). Proposta nº 040/08 de 20 de Novembro. Plano de formação teórico-prática de armas de fogo-2009.

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, Escola da Guarda (2008). Mensagem nº 2031 de 19 de Dezembro. Relatório CT Águeda.

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, Escola da Guarda (2009). Relatório 001-09 Carreiras de tiro do MAI de 27 de Janeiro.

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, 6º Repartição (2008). Mensagem n.º 2602 de 20 Agosto. Aferição de Carreiras de Tiro Utilizados Pela GNR.

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA NA SESSÃO “PORTUGAL SEGURO – Estratégia de Segurança para 2008” Centro Cultural de Belém, 5 de Março de 2008. RELATÓRIO 010-08 (2008) Projecto Implementação Salas Tiro.

APÊNDICES

APÊNDICE A – GUIÃO DA ENTREVISTA

Tema: “A instrução e execução de tiro na GNR – Infra-estruturas necessárias”

Entrevistador: Diogo Matos

Objectivo geral: Tipo de infra-estrutura mais adequada ao tiro policial.

Blocos temáticos:

Legitimação da entrevista.

Necessidade de infra-estruturas diferentes.

Estratégia:

A entrevista é do tipo semi-directivo, dividida em dois blocos temáticos.

Tendo em conta que se trata de uma entrevista semi-directiva as questões apresentadas servem apenas como referência ao entrevistador, indicando assim o que se deseja obter do entrevistado.

O entrevistador deverá deixar o pensamento do entrevistado fluir e deverá pedir-lhe para comentar ou clarificar, o mais possível, todos os aspectos mencionados. Cada vez que o entrevistado não falar dos assuntos importantes à entrevista, o entrevistador deverá colocar uma questão sobre a temática.

O primeiro bloco temático relaciona-se com a legitimação da entrevista, na qual se apresenta a temática do trabalho e inquirir-se se existe algum problema na utilização de um gravador. O segundo bloco temático procura conhecer se existe a necessidade de diferentes tipos de infra-estruturas para a prática de tiro na GNR, quais as vantagens que isso poderá trazer, se as mesmas satisfazem as necessidades da Guarda.

Bloco A: Legitimação da entrevista.

Objectivo específico:

- Apresentar o assunto da entrevista e os intervenientes;
- Estabelecer um ambiente de calma e confiança;
- Legitimar a entrevista;
- Motivar o entrevistado para a entrevista.

Formulário de questões:

- Antes de dar início à entrevista, gostaria de saber se tem alguma questão a colocar, alguma dúvida sobre o trabalho e / ou esta entrevista?
- Importa-se que esta entrevista seja gravada e usada no relatório escrito relativo ao trabalho que estou a realizar?

Notas:

Referir ao entrevistado que o trabalho tem como principal objectivo descobrir qual o tipo de infra-estrutura que mais se adequa ao tiro policial.

Bloco B: Necessidade de infra-estruturas diferentes e características das mesmas.

Objectivo específico:

- Descobrir se existe necessidade de ter infra-estruturas diferentes, adaptadas a cada unidade da GNR;
- Características das carreiras;
- Identificar se existem carreiras em número suficiente para as exigências da GNR.

Formulário de questões:

- Qual o tipo de infra-estrutura que julga ser necessário para o treino dos militares da unidade focada? Porquê?
- Quais as vantagens e/ou desvantagens que poderíamos retirar do facto de termos infra-estruturas próprias?
- Carreiras de tiro cobertas ou descobertas? Já aconteceu ter de desmarcar uma sessão de tiro devido a más condições climáticas?
- Conseguia cumprir com as antigas Normas de tiro, ou seja levar todos os seus militares semestralmente a fazer tiro? Julga exequível cumprir com as actuais Normas de tiro, que prevêm tiro quadrimestral?

Notas:

Levar o entrevistado a dar todas as suas opiniões sobre as infra-estruturas que deveriam existir e o porquê da necessidade das mesmas.

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 1

Nome:	José Manuel da Conceição Rosário Rosa
Posto:	Major
Função:	Chefe do Gabinete de Legislação Rodoviária
Data da realização da entrevista:	15/01/2009
Local:	Escola da Guarda

Q: Antes de dar início à entrevista, gostaria de saber se tem alguma questão a colocar, alguma dúvida sobre o trabalho e / ou esta entrevista?

R: Não, não tenho nada.

Q: Importa-se que esta entrevista seja gravada e usada no relatório escrito relativo ao trabalho que estou a realizar?

R: Não, está a vontade.

Q: Qual o tipo de infra-estrutura que julga ser necessário para o treino dos militares das unidades de trânsito? Porquê?

R: Portanto, deveria ter alvos em movimento e devia ser possível atingir os alvos estando o militar em movimento. Para simular por exemplo uma seguimento e o alvo serem os pneus a abater, furar, portanto do carro a atingir, e o alvo um pneu. Um simulador que fizesse com que o militar tivesse em movimento, ou seja em seguimento.

Q: Portanto os simuladores a que se refere, já existem a nível mundial, na GNR ainda não, é a esse tipo de tecnologia que se refere ou a usar viaturas, nesse caso blindada para que se possa efectuar o treino?

R: Pode ser tudo simulado com simuladores virtuais em que o impacto do projectil é determinado através do laser e convinha sempre que os militares no caso de efectuarem tiro real, façam tiro com a arma deles, ou seja com a arma que lhes é distribuída no serviço. Eu não sei como é nas outras unidades, mas no trânsito, nos destacamentos que eu tive, os militares tinham uma arma distribuída embora a entregassem no final da patrulha, essa arma é daquele militar. Pelo que é com aquela que eles têm de estar aptos a fazer o tiro, a arma é a Walther P5

Q: Quais as vantagens e/ou desvantagens que poderíamos retirar do facto de termos infra-estruturas próprias?

R: Primeira vantagem é em termos monetários, escusávamos ter de pagar ao Exército, para nos servirmos das infra-estruturas deles. Por outro lado a disponibilidade que se torna muito mais fácil de gerir em termos de GNR, a disponibilidade para cada unidade, ou ter de estar a pedir ao Exército, ou às outras entidades responsáveis pelas infra-estruturas.

Q: E em relação a carreiras de tiro cobertas ou descobertas? Já aconteceu ter de desmarcar uma sessão de tiro devido a más condições climatéricas?

R: Exactamente, nós ainda não mandamos no tempo, o que faz com que a nossa disponibilidade seja sempre condicionada pela meteorologia e pelas épocas do ano. Como é óbvio um comandante de destacamento não vai marcar tiro numa carreira descoberta para Janeiro ou Fevereiro, vai marcar para a Primavera e Outono no máximo, se não puder marcar no Verão.

Q: Esta dificuldade surge também devido à existência de poucas infra-estruturas, já ocorreu o meu major querer marcar as sessões para uma data, e as infra-estruturas já estarem ocupadas por outra unidade da GNR?

R: Com as unidades da GNR nós tivemos sempre uma ligação e por vezes íamos várias unidades fazer tiro ao mesmo tempo, o problema é se naquele dia nós temos disponibilidade a carreira de tiro não está disponível, e isso já depende de terceiros (entidade responsável pela infra-estrutura).

Q: Conseguia cumprir com as antigas Normas de tiro, ou seja levar todos os seus militares semestralmente a fazer tiro? Julga exequível cumprir com as actuais Normas de tiro, que prevêem tiro quadrimestral?

R: Sim no Grupo de Trânsito de Santarém todos os destacamentos cumpriam as Normas, acho muito boa essa alteração, e acredito que seja exequível devido à reestruturação a que a GNR foi sujeita.

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 2

Nome:	Pedro Miguel de Oliveira Gomes
Posto:	Tenente
Função:	Chefe do Grupo de Fiscalização do Destacamento da UAF de Lisboa
Cursos Relevantes para o tema:	Instrutor de Tiro
Data da realização da entrevista:	21/01/2009
Local:	Quartel do Beato

Q: Antes de dar início à entrevista, gostaria de saber se tem alguma questão a colocar, alguma dúvida sobre o trabalho e / ou esta entrevista?

R: Não, foste esclarecedor.

Q: Importa-se que esta entrevista seja gravada e usada no relatório escrito relativo ao trabalho que estou a realizar?

R: Não, não, fazes bem.

Q: Qual o tipo de infra-estrutura que julga ser necessário para o treino dos militares da Unidade de Acção Fiscal? Porquê?

R: Uma carreira de 25 m e outra de 50 m, isto para mim, é claro que para a GNR teriam de existir várias e com planeamento, mas estas duas seriam o ideal. Pois nós neste momento só temos atribuídas pistolas e a velha espingarda automática G3, mas também devíamos fazer muito tiro de caçadeira, é um meio dissuasor, que resulta muito bem. Para isto uma carreira mais ampla seria o ideal.

Q: Quais os tipos de situação que julga poderem vir a causar a necessidade de usar a arma?

R: Aquando de uma fiscalização, poderá surgir algum indivíduo armado, que venha a empunhar a arma contra nós. Talvez um sujeito que fuja e durante a tentativa de intercepção veja-se que ele se encontra armado. Pois quando fazemos fiscalizações podemos apanhar um indivíduo que venha de um assalto ou que vá efectuar, e que esteja preparado a fazer uso da sua arma. Como tal o guarda tem de estar preparado para todas as situações que possam surgir. Entradas em edifícios não será tão normal, pois caso tenhamos a informação de que se trata de pessoas com antecedentes criminais, ou que estão armadas e são perigosas, chamaremos os militares especializados nessa área que é a UI.

Q: Quais as vantagens e/ou desvantagens que poderíamos retirar do facto de termos infra-estruturas próprias?

R: As principais vantagens seriam uma mais fácil gestão do tempo, porque nós aqui em Lisboa usamos a carreira da Carregueira, e encontramos-nos sempre dependentes das marcações da PJ, da Guarda Prisional, do Exército. Tendo uma carreira só nossa, poderíamos ser só nós a fazer as marcações, era só para nós e eventualmente cederíamos a carreira, se no final das nossas marcações houvesse período livre. Logo aí poderíamos adequar a instrução da melhor forma possível para nós. Permitir-nos ia dar mais atenção aos militares com maiores dificuldades, pois teríamos mais oportunidades de nos dirigir à carreira de tiro, mas teria que se combater também o problema da falta de munições.

Q: Conseguia cumprir com as antigas Normas de tiro, ou seja levar todos os seus militares semestralmente a fazer tiro? Julga exequível cumprir com as actuais Normas de tiro, que prevêm tiro quadrimestral?

R: Dava para cumprir com duas ou três excepções, pois por vezes surge uma ida ao tribunal ou algo excepcional e ficava pendente, isto em relação a idas à carreira. Não cumpria devido à falta de munições. No ano de 2008 recebi munições suficientes, mas quando as recebi já a carreira de tiro da qual tiramos partido estava com a agenda cheia, por assim dizer. Caso fosse nossa isto não sucederia. Nós não conseguimos ter tudo planeado, as idas a tribunal, uma operação de última hora que seja necessária efectuar, e isto muitas vezes coincide com a nossa marcação, e quando tentamos nova data, já não há disponibilidade.

Q: E em relação a carreiras de tiro cobertas ou descobertas? Já aconteceu ter de desmarcar uma sessão de tiro devido a más condições climatéricas?

R: A mim nunca me aconteceu essa situação. Acho que deveriam existir das duas, pois para 9mm conseguimos trabalhar com carreiras de tiro cobertas, mas têm de ser bastante evoluídas, pois exige extracção de gases, entre outros requisitos. Temos também o tiro de caçadeira e de espingarda que já teria de ser numa carreira descoberta, ou seja é necessário conjugar os dois tipos de infra-estrutura. As cobertas permitem-nos criar vários tipos de cenários, não só quanto à luminosidade, mas se for uma carreira ampla, permite-nos no interior criar como que residências e fazer simulacros e tudo isso é proveitoso para o militar. Alvos que não estejam estáticos, o melhor treino é o que se aproxime mais da realidade, pois uma coisa é estarmos sossegados a efectuar uns disparos, outra coisa é termos um indivíduo do outro lado a disparar contra nós. Pois existem muitos militares que quando estão em *stress*, esquecem-se de colocar a patilha de segurança em fogo, já não conseguem fazer o saque da arma, as mais variadas situações. Pois considero que os nossos militares não tem muita preparação com as armas de fogo, fazem tiro de muito em muito tempo e isto torna-se desfavorável ao militar.

Q: Qual a sua opinião em relação a salas de tiro?

R: Acho que vem ajudar em muito para a criação das tais simulações, já impõe o tal *stress* ao militar. Teriam que ser em número significativo para que todas as unidades pudessem usufruir delas, com o treino adequado a cada unidade. No entanto já fiz tiro num desses sistemas e começava já com a arma empunhada. Pelo que só salas de tiro também não são aconselhável, mas uma conjugação de salas com carreiras, para se puder treinar tudo. Pois quem não consegue os valores desejados nas salas de tiro, necessita de um tiro de precisão que será mais fácil treinar em carreira, e fazer o saque e disparar em seguida. Ou até mesmo outro sistema o *Simuntion*, pois nestes os militares sabem que se descurarem da protecção vão sentir na pele que não se protegeram, o que causa um verdadeiro stress. Pois quando estão a fazer tiro para os bastidores eles não têm essa preocupação, e expõem-se muito, ou até mesmo a mudar o carregador, demoram muito tempo. Com as munições *Fx* eles sentiam e evoluíam em todos os sentidos.

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 3

Nome:	Gonçalo Filipe Freitas Reis
Posto:	Tenente
Função:	Cerra-fila do 4º Esquadrão
Cursos Relevantes para o tema:	Instrutor de Tiro
Data da realização da entrevista:	21/01/2009
Local:	USHE (Ajuda)

Q: Antes de dar início à entrevista, gostaria de saber se tem alguma questão a colocar, alguma dúvida sobre o trabalho e / ou esta entrevista?

R: Não, não tenho nenhuma.

Q: Importa-se que esta entrevista seja gravada e usada no relatório escrito relativo ao trabalho que estou a realizar?

R: Está tudo bem.

Q: Qual o tipo de infra-estrutura que julga ser necessário para o treino dos militares da Unidade de Segurança e Honras de Estado? Porquê?

R: O patrulhamento a cavalo não é a situação mais comum, ou aquela que possa parecer mais como fazer tiro a cavalo. Porque para se fazer tiro a cavalo, para além do militar ter de ser muito rigoroso no tiro que fazia, o facto de estar em cima do cavalo em nada facilita, o cavalo tem um sistema nervoso e mexe-se e tornar-se ia muito difícil efectuar o disparo. O que está realmente previsto na Tática é apearem e servirem-se do cavalo como escudo, para depois efectuarem os disparos. Para que isto aconteça o que é

realmente necessário é que o militar saiba fazer tiro, pois esta é a grande dificuldade de todo o dispositivo. Pelo que se o militar for capaz de efectuar bom tiro em carreira, à partida quando se encontrar nesta situação também o fará. O que eu acho que seria necessário em termos de infra-estruturas seria termos uma carreira de tiro coberta, pois para se cumprir com as Normas de Tiro torna-se necessário fazer tiro durante todo o ano. Há determinados meses em que não é exequível fazer tiro, Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro, são quatro meses em que muitas das vezes temos a carreira de tiro programada e depois temos de anular. Assim alguns militares perdem formação, a prática e de facto uma carreira coberta iria trazer muitas vantagens

Q: Quais as vantagens e/ou desvantagens que poderíamos retirar do facto de termos infra-estruturas próprias?

R: Não sei se uma só Unidade, se só a USHE, seria rentável ter uma ter uma carreira de tiro só para nós, mas uma carreira de tiro aqui em Lisboa para dar apoio a todas as Unidades aqui da periferia. Pois além das outras Unidades da GNR, também existem outras entidades a usar as mesmas infra-estruturas, como a PJ, SEF entre outros. O que torna um pouco complicado conciliar as idas à carreira, apesar disso temos conseguido as datas que queremos.

Q: Qual o tipo de infra-estrutura que acha que satisfará o treino dos seus militares?

R: O tiro até 25 m é o fundamental pelo que uma carreira coberta ou um pavilhão de tiro coberto com boas condições. E os simuladores de tiro que ainda só estão disponíveis para os cursos de instrutor de tiro, que é uma experiência muito benéfica. Dos dois sistemas que experimentei o RANGE 2000^{XIII} e o *Simunition*, sendo este último o ideal. Dá para usar numa simples carreira de tiro, pois podemos colocar paredes amovíveis e simular vários cenários dentro. Pois estar dentro de uma sala, com a arma municiada e saber que vais estar alguém com outra arma a disparar contra ti. É isto que faz o coração bater mais depressa, embaciar a máscara, os níveis de adrenalina sobem, a mão a tremer e deste modo é que uma pessoa vê bem como poderá ser mais ou menos uma situação real. Pois no treino actual, sabemos que ninguém nos vai atingir, e no entanto por vezes basta pegar num cronómetro e fingir que estamos a contar o tempo e o militar já fica nervoso.

Q: Qual a arma usada nos patrulhamentos a cavalo?

^{XIII} Simulador usado no Curso de Instrutor de tiro.

R: Neste momento a arma usada é a FN Browning, no entanto é temporário pois já recebemos a Glock 19 e estamos apenas à espera que seja dada a instrução a todos os militares, para que se passe a usar a Glock 19.

Q: E em relação a carreiras de tiro cobertas ou descobertas? Já aconteceu ter de desmarcar uma sessão de tiro devido a más condições climáticas?

R: A principal vantagem de uma carreira coberta é o facto de permitir a prática de tiro em qualquer época do ano. Como desvantagem talvez o seu custo inicial. Sim, daí na resposta anterior mencionar a carreira coberta ou um pavilhão de tiro coberto.

Q: Conseguia cumprir com as antigas Normas de tiro, ou seja levar todos os seus militares semestralmente a fazer tiro? Julga exequível cumprir com as actuais Normas de tiro, que prevêem tiro quadrimestral?

R: Ter em conta que o quadrimestral é só para quem está em funções operacionais, no último ano não cumprimos, pois tomámos a opção de se dar a instrução de Glock 19 a todos os militares.

APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 4

Nome:	Francisco José Damião
Posto:	Coronel
Função:	Comandante do Comando Territorial de Lisboa
Data da realização da entrevista:	03/02/2009
Local:	Sede do Comando Territorial de Lisboa

Q: Antes de dar início à entrevista, gostaria de saber se tem alguma questão a colocar, alguma dúvida sobre o trabalho e / ou esta entrevista?

R: Não, acho um trabalho brilhante e um bom tema.

Q: Importa-se que esta entrevista seja gravada e usada no relatório escrito relativo ao trabalho que estou a realizar?

R: Não, nada.

Q: Qual o tipo de infra-estrutura que o meu Coronel julga necessário para o treino dos militares das suas subunidades? Na vertente territorial e porquê?

R: Nesse capítulo tenho que confessar que nós, a Guarda não tem infra-estruturas suficientes, tem poucas infra-estruturas e nós servimo-nos das infra-estruturas do Exército e da Força Aérea, todavia veja da sua importância. Não só para o desempenho profissional na vertente do tiro dos nossos militares, como até para melhorar alguns resultados e de certa forma, acautelar alguns incidentes que possam ocorrer na sua actividade profissional.

Q: Uma carreira de tiro com alvos estáticos ou uma infra-estrutura que simule uma aldeia, em que possa treinar simulando patrulhamentos na rua?

R: Quero referir que essas não são as situações mais frequentes da GNR, as situações mais frequentes são a detenção do indivíduo que vai a fugir, e não aquele que surge de uma esquina, isso é uma guerra convencional e a Guarda não está em guerra convencional, nem tem um inimigo convencional. Quanto muito do outro lado teremos cidadãos insatisfeitos por qualquer razão e por vezes fazem alguns desacatos e infringem as leis. Agora quanto à carreira de tiro, o tiro estático serve para aperfeiçoar a exigência do tiro, pois se o militar não faz esse tipo de tiro nem sequer tem a noção do apontar da arma ao alvo e se tem que fazer alguma correcção na arma, arma que lhe está distribuída. Essa é uma vertente portanto entendo que é fundamental, que o militar saiba fazer tiro e acertar no alvo, conheça a sua arma, por outro lado também era importante essa mais-valia do tiro em movimento. Têm uma dificuldade muito grande, muito mais acrescida do que o tiro estático, de joelhos ou na posição de sentado, deitado, seja o que for, mas em movimento é muito mais difícil acertar no alvo em movimento ou até mesmo o militar ter que se mover, ter também que estar em movimento. Portanto esse tiro policial é de uma enorme exigência e é aí que muitas vezes o militar é sujeito a fazer tiro e por vezes resultam alguns incidentes, porque efectivamente o treino não tem sido o mais adequado e nós também não temos capacidade, não temos espaço, carreiras de tiro para fazer este tiro adaptativo.

Q: Quais as vantagens e/ou desvantagens que poderíamos retirar do facto de termos infra-estruturas próprias?

R: Vejo vantagens nos locais onde não seja possível servirmo-nos do que já existe, sejam infra-estruturas de que entidade for. Reparemos, não vamos semear o país com carreiras de tiro, quando já temos algumas infra-estruturas é uma questão de coordenação e impera o bom senso para dizer que o país não precisa de muitas carreiras, precisa é que as mesmas estejam mais acessíveis.

Q: E em relação a carreiras de tiro cobertas ou descobertas? Já aconteceu ter de desmarcar uma sessão de tiro devido a más condições climatéricas?

R: Isso é uma realidade, mas nós temos de estar habituados a fazer o tiro em quaisquer circunstâncias climáticas.

Q: A calendarização das idas às carreiras de tiro é fácil? Sei que por vezes surgem imprevistos inadiáveis. Pelo que pergunto se é fácil depois marcar nova sessão?

R: Tenho essa dificuldade, devido à falta de infra-estruturas desse género, portanto ainda existe alguma falta, portanto a Guarda tem que suprir as faltas nessa área, porque de facto o tiro que fazemos é coordenado com as carreiras de tiro que não são nossas. É coordenado com as vagas sobrantes quer da Força Aérea da carreira da OTA, quer da Carregueira do Exército, primeiro portanto fazem naturalmente a calendarização para as unidades do Exército e da Força Aérea e depois datas sobrantes, os períodos sobrantes são atribuídos à GNR.

Q: Qual a sua opinião em relação a salas de tiro?

R: Digamos que a minha proposta iria muito mais além, hoje em dia impera o bom senso e a Guarda terá que actuar, caminhar no sentido de usar arma não letal. A simulação poder-se à fazer, independentemente de ser o tiro com armas letais numa carreira de tiro, nessas condições que já disse. Também vejo com bons olhos que seja através de simulador, de uma forma ou outra julgo que cada vez será mais preponderante o caminhar para o uso de armas não letais

Q: Conseguia cumprir com as antigas Normas de tiro, ou seja levar todos os seus militares semestralmente a fazer tiro? Julga exequível cumprir com as actuais Normas de tiro, que prevêm tiro quadrimestral?

R: Exequível é, podemos é não ter carreira de tiro para o efeito, ou seja infra-estruturas para fazer isso, nós podemos fazer tiro todos os dias, se houver infra-estruturas.

APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 5

Nome:	Edgar António Ferreira da Palma
Posto:	Tenente
Função:	Adjunto do Comandante do Destacamento da UCC de Olhão
Data da realização da entrevista:	11/02/2009
Local:	Escola da Guarda

Q: Antes de dar início à entrevista, gostaria de saber se tem alguma questão a colocar, alguma dúvida sobre o trabalho e / ou esta entrevista?

R: Não. Mas gostaria de frisar que não tenho curso de tiro.

Q: Importa-se que esta entrevista seja gravada e usada no relatório escrito relativo ao trabalho que estou a realizar?

R: Não.

Q: Qual o tipo de infra-estrutura que julga ser necessário para o treino dos militares da Unidade de Controlo Costeiro? Porquê?

R: Penso que o ideal seria uma carreira de tiro coberta, que pudesse simular várias situações distintas, nomeadamente, que pudessem simular situações de tiro a partir de embarcações, situações de visibilidade reduzida, como o nevoeiro, tiro em período nocturno, e talvez uma carreira de tiro de 300 m, esta mais vocacionada para situações de simulação de desembarque de droga em areais extensos, ou mesmo em acessos à orla costeiro, em que normalmente tem de se deixar as viaturas distantes do local, propriamente dito, a fim de bloquear acessos, e em que os militares têm de fazer a

abordagem a pé, onde muito frequentemente, é necessário os militares correm distâncias consideráveis, e ter a cabeça fria, para efectuar uma abordagem adequada, e se necessário utilizar armas de fogo.

Q: Quais os tipos de situação que julga poderem vir a causar a necessidade de usar a arma?

R: Em situações de desembarque de droga, em abordagens a embarcações suspeitas, em fiscalização terrestre e marítima, e no pior dos casos em perseguições, quer por estrada, quer por mar a suspeitos da prática de crimes, em que foram utilizadas armas de fogo, por parte do adversário.

Acima de tudo, o militar deve estar preparado para todas as situações que possam surgir, e ter a capacidade de discernir e concentrar-se num possível disparo que possa ter de efectuar, sempre que contra ele ou contra terceiros, tenham sido utilizadas armas de fogo.

Q: Quais as vantagens e/ou desvantagens que poderíamos retirar do facto de termos infra-estruturas próprias?

R: As principais vantagens penso que estão relacionadas com uma utilização mais intensa das mesmas, proporcionando como é óbvio mais oportunidades aos militares de treinarem tiro. Não se pode esquecer a necessidade do reabastecimento de munições, que actualmente também é muito escasso. Mas certamente que essa seria uma mais-valia. Concretamente, no local onde exerço funções, no Destacamento de Controlo Costeiro de Olhão, utilizamos a carreira de tiro de Tavira, que está a cargo do Comando Territorial de Faro, e trimestralmente é efectuado o planeamento da utilização, poderíamos utilizar mais vezes essa, no entanto não temos munições para poder praticar mais vezes tiro.

Q: Conseguia cumprir com as antigas Normas de tiro, ou seja levar todos os seus militares semestralmente a fazer tiro? Julga exequível cumprir com as actuais Normas de tiro, que prevêem tiro quadrimestral?

R: Antes de ir para o Destacamento de Controlo Costeiro de Olhão, era Comandante do Destacamento Fiscal de Vila Real de St.º António, e não conseguia cumprir as normas de tiro, por duas razões principalmente, por não haver munições, e porque para ter militares para efectuar as tabelas de tiro, havia dias que nem sequer dava para lançar uma patrulha, e havia indicações expressas para não deixar de fornecer militares para esses serviços, logo tornava-se bastante complicado.

Ainda, há outra coisa que quase que me esquecia, o tiro feito pelos militares onde estive, era só tiro de G3, pois de pistola, as munições já estavam aquém da dotação obrigatória de cada arma.

Q: E em relação a carreiras de tiro cobertas ou descobertas? Já aconteceu ter de desmarcar uma sessão de tiro devido a más condições climáticas?

R: Nunca me aconteceu tal situação. As carreiras de tiro cobertas permitem ser utilizadas em qualquer tipo de situação, logo aí uma vantagem muito grande. Eventualmente poderão recriar situações que se aproximem mais da realidade, pois uma coisa é estarmos sossegados a efectuar uns disparos, outra coisa é termos um indivíduo do outro lado a disparar contra nós.

Q: Qual a sua opinião em relação a salas de tiro?

R: Acho que vem facilitar as simulações, e assim já impõe *stress* ao militar, mas teriam de existir em número considerável para que todas as unidades pudessem usufruir delas, com o treino adaptada ao serviço de cada unidade. Relativamente a esse sistema, tenho pouco conhecimento acerca do mesmo, não sei até que ponto não poderia ser utilizado o sistema de airsoft, neste tipo de treinos. Este sistema já é utilizado por algumas forças de segurança e mesmo unidades militares, as armas têm um custo reduzido, cerca de 300 euros, para além disso, são réplicas precisas de armas reais, com o mesmo peso e em metal, o custo das “bolas” (munições) é muito reduzido, não é letal, e os militares com as protecções adequada, mesmo que fosse só com as mínimas aconselhadas, uns óculos de protecção, penso, os militares poderiam simular situações, podendo mesmo ser atingidos, o que causa alguma dor, obrigando o militar a adequar os seus procedimentos, melhorar as abordagens, e a aperceber-se de determinados pormenores de forma a melhorar o seu desempenho.

APÊNDICE G – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 6

Nome:	José Mário Porteira de Almeida
Posto:	Coronel
Função:	Comandante do Comando Territorial de Setúbal
Cursos Relevantes para o tema:	Instrutor de Tiro
Data da realização da entrevista:	17/02/2009
Local:	Sede do Comando Territorial de Setúbal

Q: Antes de dar início à entrevista, gostaria de saber se tem alguma questão a colocar, alguma dúvida sobre o trabalho e / ou esta entrevista?

R: Não, parece-me um tema importante.

Q: Importa-se que esta entrevista seja gravada e usada no relatório escrito relativo ao trabalho que estou a realizar?

R: Não.

Q: Qual o tipo de infra-estrutura que o meu Coronel julga necessário para o treino dos militares das suas subunidades? Na vertente territorial e porquê?

R: Acredito ser necessária uma carreira de 25 m e talvez uma de 100 m. Pois a arma que o militar usa, a sua ferramenta é a pistola e essa tem como finalidade fazer fogo até aos 25 m, a partir daí torna-se muito difícil acertar. A de 100 m pois ainda temos a G3 distribuída, apesar de já quase nunca se usar, deve-se fazer o treino, uma vez que ainda

existe essa possibilidade. Também devíamos treinar com a Espingarda caçadeira, e esse treino quase nunca é feito.

Q: Quais as vantagens e/ou desvantagens que poderíamos retirar do facto de termos infra-estruturas próprias?

R: Vantagens poderiam ser em termos de tempo, pois podíamos fazer uma linha de 10 atiradores em Pinheiro da Cruz^{XIV}, e acabamos por fazer de 5 devido ao tempo de deslocação, pois os militares daqui de Setúbal levam 1h e 30min para lá, e mais 1h e 30min para cá. Como pode compreender isso é prejudicial para o serviço. No entanto acredito que os oficiais comandantes de destacamento têm que efectuar alguma “ginástica” para levar os militares às sessões de tiro, pois é um treino que não pode ser descurado. No entanto acredito que também terão desvantagens em termos de manutenção, pois nas carreiras que usamos aqui no comando de Setúbal não temos custos de manutenção, e se fossem nossas teríamos que gastar algum dinheiro com elas.

Q: E em relação a carreiras de tiro cobertas ou descobertas? Já aconteceu ter de desmarcar uma sessão de tiro devido a más condições climatéricas?

R: Sim, em Pinheiro da cruz já por várias vezes isso sucedeu-se. Considero que poderiam ter algumas vantagens, para já o facto de passarmos a poder fazer fogo em qualquer dia do ano, independentemente das condições meteorológicas. Podíamos controlar a luminosidade, pois no tiro de manutenção não vem previsto, mas o militar da GNR faz serviço 24h por dia ou seja, acho que também devíamos treinar tiro nocturno, ou em condições de luminosidade reduzida, acho que seria benéfico.

Q: A calendarização das idas às carreiras de tiro é fácil? Sei que por vezes surgem imprevistos inadiáveis. Pelo que pergunto se é fácil depois marcar nova sessão?

R: Em relação a isso aqui no antigo grupo de Setúbal não temos grandes problemas, pois vai numa próxima sessão, é difícil conciliar tudo, mas temos conseguido, em relação ao antigo grupo de Almada que foi integrado a 1 de Janeiro, ainda não estou muito inteirado da sua situação. No entanto essa é umas situações que por vezes torna difícil o cumprir com o que está previsto.

Q: Qual a sua opinião em relação a salas de tiro?

R: Parece-me uma ideia interessante, mas não acredito que os comandos territoriais tenham capacidade para suportar esses sistemas. Posso contar-lhe que aqui nem sala

^{XIV} Ver anexo I.

de situação/operação temos, e antes ainda estava pior que tínhamos aqui o destacamento e o posto territorial de Setúbal. Agora talvez venhamos a receber um novo edifício perto da UCC e aí ficamos com mais instalações, mas considero difícil arranjar espaço, para esse sistema.

Q: Consequia cumprir com as antigas Normas de tiro, ou seja levar todos os seus militares semestralmente a fazer tiro? Julga exequível cumprir com as actuais Normas de tiro, que prevêem tiro quadrimestral?

R: Acho mesmo muito complicado, pois com as antigas havia algumas excepções, ou seja alguns militares que não conseguiam fazer todas as tabelas que estavam previstas, agora quadrimestral acho que é muito útil, pois há muitos militares que se os levamos à carreira de tiro e os colocarmos a 10 m, eles não acertam nenhum disparo. Pois infelizmente ainda há uma espécie que cultura em que ir à carreira é despejar o carregador e voltar. E isso tem que mudar, pois vejo militares que ficam muito nervosos com a arma. Agora quando fizemos a adaptação à nova pistola, vi muitos militares a deixarem cair o carregador quando queriam por a arma em segurança, aliás aconteceu-me o mesmo, ou seja isso exige treino. Para que quando seja necessário usar a arma de acordo com o que esta legalmente previsto, os militares não se sintam inseguros com a arma na mão. Pois se existem muitos militares que usam a arma indevidamente, também há muitos que pensam que não a podem usar pois só irá trazer problemas, temos que os familiarizar com a sua ferramenta.

APÊNDICE H – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 7

Nome:	António José Dornelas Quadrado
Posto:	Capitão
Função:	Adjunto do GIOE
Data da realização da entrevista:	13/03/2009
Local:	Unidade de Intervenção

Q: Antes de dar início à entrevista, gostaria de saber se tem alguma questão a colocar, alguma dúvida sobre o trabalho e / ou esta entrevista?

R: Não, nada.

Q: Importa-se que esta entrevista seja gravada e usada no relatório escrito relativo ao trabalho que estou a realizar?

R: Não.

Q: Qual o tipo de infra-estrutura que julga ser necessário para o treino dos militares da UI? Porquê?

R: Está no trabalho, é mais fácil do que tentar dizer tudo., em relação à casa da morte, serve para se treinar limpeza de compartimentos com munição real.

Q: Quais as vantagens e/ou desvantagens que poderíamos retirar do facto de termos infra-estruturas próprias?

R: E existem desvantagens?

Q: E em relação a carreiras de tiro cobertas ou descobertas? Já aconteceu ter de desmarcar uma sessão de tiro devido a más condições climáticas?

R: Tantas, e não só por mau tempo, mas porque nas prioridades para as carreiras do Exército nós vimos lá em baixo, às vezes está marcado, eles precisam e desmarcam a nossa. Em termos de desvantagens só se não estiver bem-feita, provocará uma acumulação de gases no ar. Vantagens temos também o facto de ser fora da vista de elementos estranhos e podermos controlar a luminosidade e sonorização. Pois nas carreiras do Exército não nos deixam fazer tiro à noite, talvez em Mafra, acho que em Mafra deixam, de resto não.

Q: Conseguia cumprir com as antigas Normas de tiro, ou seja levar todos os seus militares semestralmente a fazer tiro? Julga exequível cumprir com as actuais Normas de tiro, que prevêem tiro quadrimestral?

R: Como deves saber as Normas para a nossa Unidade são específicas, por isso sim consigo cumprir sempre.

Q: Qual a sua opinião em relação a salas de tiro?

R: Vai colmatar alguns dos problemas, pois é muito útil para se treinar a decisão de se disparar ou não, pois uma das grandes dificuldades, tem a ver com os preceitos legais, e essa é uma excelente forma de se treinar.

APÊNDICE I – TABELA I. 1: INFRA-ESTRUTURAS UTILIZADAS PELA GNR

Infra-Estrutura (Local)	Tabelas de Tiro	Carreiras Abertas/Fechadas	Condições de Segurança	Proprietário/Responsável	Custos
Abrantes	1/3/4	Protecção atirador	Mínimas	EPC	Taxas do Exército
Abrantes	1/3/4	Aberta	Mínimas	RI 2	Taxas do Exército
Alcochete	1/2/3/4	Protecção atirador	Boas	Força Aérea	Não há devido a protocolo com F. Segurança
Angra do Heroísmo (Caldeira do Monte Brasil e Instalações do RG 1)	1/2/3/4	Abertas	Mínimas	RG 1	Não têm
Beja (Aguilhão)	1/3/4	Atiradores a 25m	Mínimas	RI 3	Taxas do Exército
Beja (Cabeço de Ferro)	1/2/3/4	Protecção de alvos Atiradores apenas a 300m			
Belas	Tiro de armas especiais de OP. 1/2/3/4	Número reduzido de protecção quer de alvos quer de atirador	Mínimas	GOE/PSP	1€/h
Braga	1/2/3/4	Tem protecção	Exigidos pelo Exército	RC 6	Taxas do Exército

Caldas da Rainha	1/3/4	Não têm	Mínimas	ESE	Taxas do Exército
Carregueira	1/2/3/4	Numero reduzido de protecção quer de alvos quer de atirador	Mínimas	RI 1	Taxas do Exército
Chaves	1/2/3/4	Tem protecção	Exigidos pelo Exército	RI 19	Taxas do Exército
Estremoz	1/2/3/4	Aberta	Mínimas	RC	Não foi possível apurar
Évora (Montinho)	1/2/3/4	Aberta	Mínimas	GNR	Não têm
Faial (Horta)	1/3/4 a)	Aberta	Mínimas	Serviços Florestais	Não têm
F. Foz	1/3/4	Tem protecção	Possui	CFFF- GNR	Não têm
F. Foz (Gala)	1/2/3/4	Não tem protecção	Mínimas	Exercito	Taxas do Exército
Funchal	1/2/3/4	Protecção atirador	Mínimas	RG 3	Taxas do Exército
Guarda (Forte da Alorna) (interdita)	1/2/3/4	Protecção atirador	Não têm	GNR	Não têm

Leiria	1/3/4	Tem protecção	Boas	RA 4	Taxas do Exército
Mafra	1/2/3/4	Número reduzido de protecção quer de alvos quer de atirador	Mínimas	EPI	Taxas do Exército
Mirandela	1/3/4	Não têm	Mínimas	GNR	Não têm
Monte Real	1/2/3/4	Tem protecção	Boas	Força Aérea	Não têm
OTA	1/3/4	Coberta	Boas	Força Aérea	Não têm
Grândola (Pinheiro da Cruz)	1/2/3/4	Aberta	Mínimas	Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz	Não têm
Ponta Delgada (Arrifes)	1/3/4	Aberta	Mínimas	RG 2	Taxas do Exército
Ponta Delgada (Fajá de Cima)	2	Aberta			
Portalegre	1/3/4	Aberta	Mínimas	GNR	Não têm
Porto	1/3/4	Protecção atirador	Mínimas	EPT	Não foi possível apurar

Póvoa do Varzim	1/2/3/4	Tem protecção	Exigidos pelo Exército	EPAM	Taxas do Exército
Santa Cruz das Flores	1/3/4 a)	Aberta	Mínimas	Serviços florestais	Não têm
Tavira (S. Marcos)	1/2/3/4	Protecção atirador aos 100m	Mínimas	Exercito/GNR	Não têm
Tomar	1/3/4	Protecção atirador aos 100m	Boas	RI 15	Não têm
Torres Novas	1/3/4	Aberta	Razoáveis	PSP	Não foi possível apurar
Vendas Novas	1/2/3/4	Aberta	Mínimas	EPA	Não foi possível apurar
Viana do Castelo	1/2/3/4	Não têm	Deficientes	EPAM	Não foi possível apurar
Vila Real	1/2/3/4	Tem protecção	Exigidos pelo Exército	RI 13	Taxas do Exército
Vilar Formoso	1/2/3/4	Aberta	Mínimas	GNR	Não têm
Viseu	1/3/4	Protecção atirador	Boas	RI 14	Taxas do Exército

Legenda:

Tabelas de Tiro:

1 – Pistola e Circuito Dinâmico de Pistola.

2 – Espingarda.

3 – Espingarda Caçadeira.

4 – Pistola-Metralhadora.

a) – Devido a não se ter conhecimento do comprimento da carreira de tiro, não foi possível apurar se esta permite efectuar a tabela de espingarda.

ANEXOS


ANEXO J - MEMORANDO Nº1 DE 14 DE JANEIRO DE 2008



EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DA INSTRUÇÃO E DOCTRINA



MEMORANDO Nº 01	
Procº: RR/08	Data: 14Jan08
ASSUNTO: REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS CARREIRAS DE TIRO DO EXÉRCITO	
DESPACHO	
PARECER	

 <p>MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL EXÉRCITO PORTUGUÊS CID</p>	<p>CONTINUAÇÃO (folha 2 de 6 folhas)</p> <p>Memorando Nº 01 Procº. RR/08 de 14Jan08</p>
---	---

1. FINALIDADE


Apresentar um estudo conducente à reorganização territorial das Carreiras de Tiro (CT) do Exército, na aplicação de um conceito de regionalização, no que concerne à concentração de infra-estruturas que consigam satisfazer as actuais necessidades de tiro do Exército, num pressuposto da manutenção do actual dispositivo de forças.

2. ANTECEDENTES


O número de CT do Exército, independentemente da respectiva classificação quanto à distância, constitui-se como desproporcional e desajustado por excesso, face às exigências actuais de execução das tabelas de tiro. Acresce o facto dos elevados custos de manutenção em infra-estruturas com um grau de utilização mínimo, assim como a crescente urbanização e industrialização das áreas em que algumas se encontram inseridas.

3. ANÁLISE

- a. Com a recente constituição dos OCAD e consequente adopção do actual dispositivo de forças, nomeadamente das Unidades operacionais e dos Centros de Instrução, os respectivos encargos de instrução foram substancialmente alterados, entre outros aspectos, no que respeita ao tiro, com influência directa nas inerentes infra-estruturas de tiro e particularmente nas CT.
- b. Existem actualmente 61 CT, sendo 30 de 300/200/100 metros e 31 de 25/50 metros, retratadas no quadro em Anexo A e mapa em Anexo B.
- c. Face à relativa proximidade de algumas Unidades, o reduzido grau de utilização das respectivas CT, dificuldades de vária ordem na sua manutenção e necessidade de maximizar, melhorar, adequar e modernizar algumas condições nas CT existentes, justifica-se considerar a possibilidade de reduzir o seu número total.
- d. Para o efeito, deverá ser garantido por Unidade, e sempre que possível, uma CT de 25/50 metros, e criar em aproveitamento das já existentes, um conjunto de CT de 100, 200 ou 300 metros, estrategicamente situadas, num conceito de utilização de apoio por Unidades próximas.


 MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL EXÉRCITO PORTUGUÊS CID	CONTINUAÇÃO (folha 3 de 6 folhas) Memorando Nº 01 Procº RR/08 de 14Jan08
---	---

- e. Nesse sentido, conforme em Anexo C, poder-se-iam constituir no Continente 6 zonas, cada uma com sua CT principal, a saber:
- Viana do Castelo
 - Lamego
 - Santa Margarida
 - Mafra
 - Carregueira
 - Vendas Novas
- f. Nas ilhas, manter o sistema que actualmente se verifica.
- g. Este conceito poderá admitir situações de excepção e outras questões levantadas a serem analisadas pontualmente e em tempo, sendo previsível futuros ajustes face a eventuais alterações do dispositivo.
- h. Como incentivo e ajuda financeira em termos de redução de custos, considerar a existência de protocolos e/ou compromissos e/ou projectos relacionados com contrapartidas que envolvem terrenos militares no que concerne à assunção da parte de entidades civis na permuta/cedência/construção de infra-estruturas, a saber:
- Câmara Municipal de Gaia com terrenos do RA 5;
 - Ministério da Saúde através do novo Hospital de Braga a construir nos terrenos da CT do RC 6;
 - Disponibilidade da Câmara Municipal de Lamego para construção de infra-estrutura militar em Lamego;
 - Disponibilidade da Câmara Municipal de Viseu para permuta de terrenos da CT por outro.
- i. No que respeita às infra-estruturas e áreas onde se inserem as CT a desactivar, deverão ser estudados e tomados procedimentos que definam claramente as várias situações futuras no sentido de evitar que as mesmas revertam ao abandono e conseqüente degradação.

 S. V. R. MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL EXÉRCITO PORTUGUÊS CID	CONTINUAÇÃO (folha 4 de 6 folhas)			
	Memorando Nº	01	Procº.	RR/08 de

4. CONCLUSÕES


- a. A adopção desta modalidade, em termos de CT de 300/200/100 metros, reduz de 30 para 12 no seu quantitativo, enquanto que nas CT de 25/50 metros, pelo facto de manter a intenção de existir 1 CT por Unidade, apenas reduz de 31 para 26, embora neste facto só a EPI, o RI 1 e o CMSM somam 9.
- b. Apresentam-se como vantagens o facto de se passar a dispor de condições melhoradas para a prática do tiro e deixarem de existir custos com a manutenção das CT. Como inconveniente, os custos e o tempo inerentes aos deslocamentos.
- c. Considerar casos especiais e de excepção, a saber:
 - Unidade que embora inserida em determinada zona pretenda executar o tiro nas suas instalações, garantindo as condições de segurança exigidas, assim como a manutenção das instalações com verbas próprias;
 - RI 10, como Unidade da BRR, com aprontamentos e encargo operacional, deverá ser apetrechada com uma CT própria, na medida em que a sua situação geográfica e respectiva missão não se adequam aos eventuais deslocamentos a que seriam obrigados, assim como o RI 15, que embora inserido numa zona poderá executar o tiro na sua CT por ter sido muito recentemente recuperada;
 - Reavaliar as condições do protocolo de cedência da CT de S. Marcos em Tavira (PM 17) à GNR, caso as Unidades que actualmente ocupam o Quartel da Atalaia (PM 7) assim entendam, consoante as suas necessidades de utilização, evitando deslocamentos a Vendas Novas ou a Beja;
 - Carreira de Tiro de Tancos de 100 metros da EPE poder ser transformada em CT de 25/50 metros;
 - Manter a CT de Estremoz para efeitos das práticas equestres, mas adaptá-la para 25/50 metros;
 - Comando da Blnt poder deslocar-se à CT da ex-EPST, agora na posse da GNR, caso a CT de Lavos fique inactiva;
 - Possibilidade de manter a CT do RI 3 em Beja para efeitos de aprontamentos e até à redefinição da missão da Unidade;

 MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL EXÉRCITO PORTUGUÊS CID	CONTINUAÇÃO (folha 5 de 6 folhas) Memorando Nº 01 Procº. RR/08 de 14Jan08
---	--

- Com a transferência do RI 1 para Tavira, reavaliar os termos e cláusulas do protocolo de cedência da CT de S. Marcos com a GNR, no sentido de verificar das condições em que a mesma pode ser utilizada pelo RI 1.

5. PROPOSTA

- a. Definir um conceito de CT de zona, traduzido no Anexo D, num sistema de apoio às Unidades circundantes no território do continente, em termos de infra-estruturas de 100/200/300 metros, apoiado em 6 zonas base:
 - Viana do Castelo
 - Lamego
 - Santa Margarida
 - Mafra
 - Carregueira
 - Vendas Novas
- b. Manter o sistema utilizado nas Zonas Militares da Madeira e dos Açores, com a extinção da CT da Horta.
- c. Reavaliar as condições físicas e de segurança, planear e executar intervenções para melhorias nestas CT.
- d. Considerar o RI 10 numa situação de excepção pelas razões anteriormente expostas.
- e. Manter o conceito, sempre que possível, viável e exequível, de 1 CT de 25/50 metros, por Unidade, com excepção da EPI, RI 1 e CMSM, que devido ao elevado volume de tiro e consequente utilização assim justifica.
- f. Prever para a EPI, em complemento ao Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz (CITOAP) ali existente, uma CT ou adaptação, ou outro dispositivo que permita treinar os procedimentos inerentes àquele tipo de missões.
- g. Fazer valer os protocolos existentes que referem a existência de obrigações por parte de entidades civis, por contrapartidas a favor do Exército, de forma a diminuir os custos.

 MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL EXÉRCITO PORTUGUÊS CID	CONTINUAÇÃO (folha 6 de 6 folhas) Memorando Nº 01 Procº. RR/08 de 14Jan08
---	--

- h. Validar as intenções de entidades civis que manifestem interesse em permutas ou outras contrapartidas interessantes para o Exército.
- i. Estudar e decidir com oportunidade o destino das CT, conforme Anexo E, que por força desta metodologia ou outra, deixem de ser utilizadas, situação em que já se encontram algumas CT.
- j. Considerar e atender outras situações de excepção que venham a ser apresentadas, desde que não equacionem o princípio base da adopção desta modalidade.
- l. Reavaliar e readaptar este conceito sempre que se justifique e/ou em caso de futuras reorganizações ou alterações do dispositivo de forças.

Quartel em Évora, 14 de Janeiro de 2008

O COMANDANTE DA INSTRUÇÃO E DOCTRINA

JOÃO NUNO JORGE VAZ ANTUNES

TENENTE-GENERAL

ANEXOS:

- A – QUADRO DE SITUAÇÃO ACTUAL DAS CT DO EXÉRCITO
- B – MAPA DE SITUAÇÃO ACTUAL DAS CT
- C – LOCALIZAÇÃO DAS CT DE 300/200/100 M DE ZONA E CT DE 25/50 M POR UNIDADE COM CT ACTUAIS
- D – PROPOSTA DE LOCALIZAÇÃO DAS CT DE 300/200/100 M DE ZONA E CT DE 25/50 M POR UNIDADE
- E – QUADRO DE SITUAÇÃO FUTURA DAS CT DO EXÉRCITO (PROPOSTA)

ANEXO A (ao Memorando relativo à Reorganização Territorial das Carreiras de Tiro do Exército)
- Quadro de Situação actual das CT do Exército

CMD	UNIDADE	LOCALIZ.	NOME	CT	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
BRR/Cop	CTOE	Lamego	Penude	100	Activada	
		Lamego	Penude	300	Activada	
	ETP	Tancos	Tancos	100	Activada	
	RI 10	Aveiro	S. Jacinto	25	Interdita	
		Aveiro	Esgueira	25	Interdita	
		Murtosa	Muranzel	100	Interdita	Construir nova no RI 10
	RI 15	Tomar	Alvito	50	Activada	
BInt/Cop		Tomar	Carregueiros	300	Activada	Obras recentes
	RI 3	Beja	Vale Aguilhão	25	Activada	
		Beja	Cabeço Ferro	300	Activada	Apontamentos FND
	UnAp/BInt	Figueira Foz	Lavos	300	Activada	Cobiçada GNR
	RI 13	Vila Real	Borralha	25	Activada	
		Vila Real	Borbela	300	Activada	Apontamentos FND
	RI 14	Viséu	Viséu	25	Activada	
		Viséu	Fragosela	300	Interdita	Apontamentos FND (Lamego)
	RI 19	Chaves	Alto Trindade	50	Activada	
		Chaves	Chaves	100	Activada	Apontamentos FND
	RC 6	Braga	Areal	25	Activada	
		Braga	S. Victor – 7 Fontes	300	Activada	Ministério Saúde???
	RA 4	Leiria	Cruz da Areia	25	Activada	
BMec/Cop		Leiria	Marrazes	300	Desactivada	Tiro na CT de Lavos (BInt)
	RE 3	Espinho	Paramos	25	Activada	
	UnAp/BMec	CMSM	Ervideira	25	Activada	
		CMSM	Ervideira	25	Activada	
		CMSM	Ervideira	25	Interdita	
		CMSM	Ervideira	50	Activada	
		CMSM	Ervideira	300	Activada	

OCAD	UNIDADE	LOCALIZ.	NOME	CT	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
FAPG/COP	RL 2	Lisboa	Calçada da Ajuda	25	Activada	
ZMM/COP	RG 3	Funchal	Funchal	100	Activada	
ZMA/COP	RG 1	A. Heroísmo	Monte Brasil	25	Activada	
		A. Heroísmo	Cratera Monte Brasil	300	Activada	
		Horta	Flamengos	300	Activada	
		P. Delgada	Arrifes	25	Activada	
DF/CID	RG 2	P. Delgada	Fajã de Cima	300	Activada	
		Caldas Rainha	Casais Pedrógão	25	Activada	
		Caldas Rainha	Tornada	300	Interdita	Dentro da malha urbana (EPI)
		Mafra	Alto da Vela	25	Activada	
	EPI	Mafra	Alto da Vela	25	Activada	
		Mafra	Vale Escuro	25	Activada	
		Mafra	Tapada	300	Activada	
		Mafra	S. Lourenço	25	Activada	
	EPC	Abrantes	S. Lourenço	200	Activada	Proposta Unidade passar para 100 m
		Santarém	Vale de Estacas	25	Desactivada	Ex-EPC Santarém
		Santarém	Cortezes	300	Desactivada	Ex-EPC Santarém
		V. Novas	Polígono de tiro	25	Activada	
	EPA	V. Novas	Polígono de tiro	300	Activada	
		Setúbal	Fonte da Talha	300	Desactivada	"herdada" do BISM Trafaria
		Tancos	Seival	100	Activada	Campo Rebentamento Explosivos ??
		Porto	Viso	50	Activada	Aguarda VAT depois de obras
	EPS	Povoa Varzim	Viana do Castelo	300	Activada	
		Sintra	S. Carregueira	25	Activada	
		Sintra	S. Carregueira	25	Activada	
		Sintra	S. Carregueira	50	Activada	
	RI 1	Sintra	S. Carregueira	100	Activada	
		Sintra	S. Carregueira	100	Activada	
		Sintra	S. Carregueira	300	Activada	
		Sintra	S. Carregueira	300	Activada	

OCAD	UNIDADE	LOCALIZ.	NOME	CT	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
DF/CID	RC 3	Estremoz	Ameixial	300	Activada	
		Elvas	Falcato	300	Desactivada	Ex-RI 8
CLog/DMT	R. Transp.	Lisboa	Encarnação	25	Interdita	
CLog	UAp/AMAS	Amadora	Amadora	25	Desactivada	Recuperar para eventual COSEX
EME	AM	Lisboa	Gomes Freire	25	Desactivada	Adaptar Stand Tiro 15m

ANEXO E (ao Memorando relativo à Reorganização Territorial das Carreiras de Tiro do Exército)
- Quadro de Situação futura das CT do Exército (Proposta)

CMD	UNIDADE	LOCALIZ.	NOME	CT	SITUAÇÃO	DESTINO	OBSERVAÇÕES
BRR/COP	CTOE	Lamego	Penude	100	Activada	A excluir	
		Lamego	Penude	300	Activada	A manter	CT de Zona
	ETP	Tancos	Tancos	100	Activada	A excluir	
	RI 10	Aveiro	S. Jacinto	25	Interdita	A manter	Obras recuperação
		Aveiro	Esgueira	25	Interdita	A excluir	
		Murtosa	Muranzel	100	Interdita	A excluir	Construir nova no RI 10
BInt/COP	RI 15	Tomar	Alvito	50	Activada	A manter	
		Tomar	Carregueiros	300	Activada	A manter	Obras recentes
	RI 3	Beja	Vale Aguilhão	25	Activada	A manter	
		Beja	Cabeço Ferro	300	Activada	A manter	Motivo FND
	UnAp/BInt	Figueira Foz	Lavos	300	Activada	A excluir	Protocolo com GNR???
	RI 13	Vila Real	Borralha	25	Activada	A manter	
		Vila Real	Borbela	300	Activada	A excluir	Ver 4.c. do Memorando
	RI 14	Viseu	Viseu	25	Activada	A manter	
		Viseu	Fragosela	300	Interdita	A excluir	
	RI 19	Chaves	Alto Trindade	50	Activada	A definir	
		Chaves	Chaves	100	Activada	A excluir	Ver 4.c. do Memorando
	RC 6	Braga	Areal	25	Activada	A manter	
BMec/COP		Braga	S. Victor – 7 Fontes	300	Activada	A excluir	Ministério Saúde???
	RA 4	Leiria	Cruz da Areia	25	Activada	A manter	
		Leiria	Marrazes	300	Desactivada	A excluir	
	RE 3	Espinho	Paramos	25	Activada	A manter	
	UnAp/BMec	CMSM	Ervideira	25	Activada	A manter	
		CMSM	Ervideira	25	Activada	A manter	
		CMSM	Ervideira	25	Interdita	A excluir	
		CMSM	Ervideira	50	Activada	A manter	
		CMSM	Ervideira	300	Activada	A manter	CT de Zona
		CMSM	Ervideira		Activada	A manter	

OCAD	UNIDADE	LOCALIZ.	NOME	CT	SITUAÇÃO	DESTINO	OBSERVAÇÕES
FAPG/COP	RL 2	Lisboa	Calçada da Ajuda	25	Activada	A manter	
ZMM/COP	RG 3	Funchal	Funchal	100	Activada	A manter	
ZMA/COP	RG 1	A. Heroísmo	Monte Brasil	25	Activada	A manter	
		A. Heroísmo	Cratera Monte Brasil	300	Activada	A manter	
		Horta	Flamengos	300	Activada	A excluir	
	RG 2	P. Delgada	Arrifes	25	Activada	A manter	
		P. Delgada	Fajã de Cima	300	Activada	A manter	
DF/CID	ESE	Caldas Rainha	Casais Pedrógão	25	Activada	A manter	
		Caldas Rainha	Tornada	300	Interdita	A excluir	
	EPI	Mafra	Alto da Vela	25	Activada	A manter	
		Mafra	Alto da Vela	25	Activada	A manter	
		Mafra	Vale Escuro	25	Activada	A manter	
		Mafra	Tapada	300	Activada	A manter	CT de Zona
	EPC	Abrantes	S. Lourenço	25	Activada	A manter	
		Abrantes	S. Lourenço	200	Activada	A manter	Proposta Un para 100 m
		Santarém	Vale de Estacas	25	Desactivada	A excluir	
		Santarém	Cortezes	300	Desactivada	A excluir	
	EPA	V. Novas	Polígono de tiro	25	Activada	A manter	
		V. Novas	Polígono de tiro	300	Activada	A manter	CT de Zona
		Setúbal	Fonte da Talha	300	Desactivada	A excluir	
	EPE	Tancos	Seival	100	Activada	A excluir	Campo Rebentamento???
	EPT	Porto	Viso	50	Activada	A manter	Aguarda VAT
	EPS	Povoa Varzim	Viana do Castelo	300	Activada	A manter	CT de Zona
	RI 1	Sintra	S. Carregueira	25	Activada	A manter	
		Sintra	S. Carregueira	25	Activada	A manter	
		Sintra	S. Carregueira	50	Activada	A manter	
		Sintra	S. Carregueira	100	Activada	A manter	
		Sintra	S. Carregueira	100	Activada	A manter	
		Sintra	S. Carregueira	300	Activada	A manter	CT de Zona

OCAD	UNIDADE	LOCALIZ.	NOME	CT	SITUAÇÃO	DESTINO	OBSERVAÇÕES
DF/CID	RC 3	Estremoz	Ameixial	300	Activada	A manter	Ver 4.c. do Memorando
		Elvas	Falcato	300	Desactivada	A excluir	
CLog/DMT	R. Transp.	Lisboa	Encarnação	25	Interdita	A excluir	
CLog	UAp/AMAS	Amadora	Amadora	25	Desactivada	A manter	Obras recuperação???
EME	AM	Lisboa	Gomes Freire	25	Desactivada	A excluir	

ANEXO K – TABELA K.1: MILITARES QUE EFECTUARAM TIRO NAS DIVERSAS TABELAS.

Tabela K.1: Militares que efectuaram tiro nas diversas tabelas

Ano	Pistola Calibre Guerra		Espingarda Calibre Guerra	Pistola Metralhadora	Espingarda Caçadeira
	1º Semestre	2º Semestre			
2003	9194	2942	7491	1707	1285
2004	3846	1869	7110	2098	438
2005	3420	3225	2543	1894	437
2006	9601	3323	2598	2333	598
2007	8697	2591	3476	1707	439

Fonte: Proposta nº 040/08 (2008) Plano de formação teórico-prática de armas de fogo-2009.